



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**JULIANA MURTA DE LIMA**

**EXPERIÊNCIA DE VIDA E DE (RE)EXISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS  
QUILOMBOLAS DA SERRA DO EVARISTO**

**FORTALEZA  
2024**

**JULIANA MURTA DE LIMA**

**EXPERIÊNCIA DE VIDA E DE (RE)EXISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS  
QUILOMBOLAS DA SERRA DO EVARISTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como  
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em  
Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social.

Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e  
Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Jr.

**FORTALEZA  
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

L698e Lima, Juliana Murta de.  
EXPERIÊNCIA DE VIDA E DE (RE)EXISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS  
DA SERRA DO EVARISTO / Juliana Murta de Lima. – 2024.  
108 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado  
Profissional em Ensino de História, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior.

1. Mulheres Quilombolas. 2. Quilombo. 3. Racismo. 4. Sexismo. 5. Feminismo Negro. I. Título.  
CDD 907.220711

---

JULIANA MURTA DE LIMA

EXPERIÊNCIA DE VIDA E DE (RE)EXISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS  
QUILOMBOLAS DA SERRA DO EVARISTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como  
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em  
Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social.

Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e  
Vulnerabilidades Sociais.

Aprovada em: 22/01/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. James Ferreira Moura Jr. (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Alessandra Silva Xavier

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dra. Luciana Martins Quixadá

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico este trabalho ao vô Manel Maria, a vô Nonato, a vó Eliete e a vó Zenir que tiveram a sensibilidade de criar e educar as duas melhores pessoas que existem no mundo: painho e mainha e a minha Maria, minha passarinha que voou para o céu.

## Agradecimentos

Tenho tatuado no braço esquerdo e no coração a máxima “A luta continua!”. Essa é uma frase dita por Painho, com o A de Almira, mainha, em destaque. Toda a minha jornada acadêmica – que acredito ainda estar iniciando – só foi possível pela certeza de ter nos meus pais o abrigo necessário para toda e qualquer dificuldade que surgisse no caminho. Agradeço, então, a Mainha por ter sido a minha primeira orientadora no caminho da educação e por todo amor e cuidado comigo. Agradeço a Painho por passar por todos esses processos junto comigo, por me orientar com tanto cuidado, amor e companheirismo. Vocês são a base de tudo e se hoje escrevo esses agradecimentos, foi porque vocês me deram exatamente tudo que precisei desde que cheguei para fechar o trio de filhas mulheres com chave de ouro.

Agradeço a Renatinha e Carol, pelo amor, cuidado e paciência comigo e com todas as vezes que precisei me ausentar por conta do processo do mestrado. Agradeço por serem exatamente as melhores – e mais aleatórias – irmãs que existem nesse mundo.

Agradeço a minha pequena gigante Ana Clara por significar tanto para mim, por ser minha primeira filha, meu grande orgulho e minha super menina. E agradeço ao meu, para sempre neném, Caio, por ser tão amoroso, gentil e por acreditar tanto em mim.

Agradeço a Tonieta por ser cuidado e casa mesmo distante e por todas as milhares de memórias afetivas de infância tão importantes para mim.

Agradeço a Ícaro, meu companheiro de vida por todo o amor, por todo cuidado e por toda a paciência de vivenciar esse processo ao meu lado e por todos os esforços em me ajudar. Agradeço a você, meu amor, por ser exatamente quem você é em minha vida – exceto quando liga o liquidificador de manhã cedo. Agradeço também à sua família, tia Cris, Ilane, Ítalo e em especial ao “Leônidas Leonel” pelo carinho tão irritantemente demonstrado através de todas as oportunidades de implicar comigo e por torcer tanto, ficando mais ansioso do que eu, por cada etapa desses processos seletivos.

Agradeço ao vovô Nonato que me viu entrar neste processo, mas que precisou ir encontrar vovó Eliete e vó Manel antes de me ver concluir. Obrigada, vó. Obrigada mesmo. Obrigada pelos batons garoto e pelas paçoquinhas. Elas vão ter sempre o melhor gosto do mundo: gostinho de vó. Obrigada pelo senhor e por toda a família que me deu.

Agradeço também ao vovô Manel que, ainda que tenha partido há tantos anos, segue sendo presença firme e saudade no meu coração. Agradeço por aparecer em sonho sempre que estou passando por algum problema, tenho certeza que não é mera coincidência. E agradeço ao grande amor de vovô, vó Zenir, que, literalmente, fez parte da escrita deste trabalho. Obrigada por estar comigo nessa conquista, vovó.

Agradeço às minhas companheiras de vida que são presença até na ausência. Obrigada Yasmin, Mari, Lara e Larissa por serem casa de qualquer lugar do país. Obrigada aos meus amigos e amigas que tanto me incentivaram e acreditaram em mim até mais do que eu durante esse processo.

Agradeço ao Gut e ao Neto por serem lar durante esse processo, por vezes solitário, da pós-graduação. Obrigada pelos afagos e trocas, foram essenciais.

Agradeço ao Jeferson, meu psicanalista, pelo cuidado ético, paciente e, acima de tudo, pelo afago da boa relação transferencial que foi fundamental em todos os momentos desse processo.

Agradeço a Alê e a Lu, mulheres e psicólogas que são exemplos para mim e que, de perto ou de longe, acompanharam todo meu caminho do mestrado antes mesmo de iniciá-lo. Obrigada também por terem me mostrado, que, assim como papai e mamãe em suas versões professores, que é possível dar aula sem reforçar os sistemas de dominação existentes (Oi, bell hooks no meu livro preferido p. 31). Vocês sempre vão ser o pontapé de tudo.

Ao James, orientador e parceiro, agradeço por todos os ensinamentos, pelo cuidado, e acima de tudo, pela companhia durante todo esse processo. Agradeço também pelo Rael e pelo Sereno, porque dividir as idas à UNILAB com eles era meu momento preferido do dia.

Agradeço a minha primeira casa, UECE, por existir e resistir e agradeço a minha nova casa, UFC, pela acolhida com gostinho de casa de família, afinal, também é a casa dos meus pais.

Por fim, agradeço aos meus companheiros de Sistema Único de Saúde do Hospital de Saúde Mental de Messejana, em especial ao meu querido diretor e amigo Davi Queiroz de Carvalho Rocha, por me lembrarem diariamente das razões pelas quais me tornei psicóloga.

Inclusive... Viva o SUS e viva a Rede de Atenção Psicossocial!

Enfim, agradeço a todos e todas que são parte de mim.

A luta continua, companheiros!

## Resumo

Em uma sociedade capitalista e patriarcal os negros, as mulheres e as crianças são as maiores vítimas dos processos decorrentes da desigualdade social. Quando colocado dentro de uma perspectiva interseccional, o contexto fica ainda mais doloroso para mulheres negras quilombolas, pois são atravessadas simultaneamente por diferentes formas de opressão, a saber, o racismo, o sexismo e, conseqüentemente, o classismo. Neste contexto, a pergunta de partida deste estudo foi: “De que forma o cruzamento entre racismo e sexismo como práticas autoritárias incidem na experiência de vida e de (re)existência de mulheres negras quilombolas?”, que foi respondida através da operacionalização dos objetivos desta pesquisa: a) Descrever a relação entre autoritarismo e racismo b) Identificar as bases autoritárias do sexismo; c) Analisar como estas opressões incidem nas experiências de vida dessas mulheres e d) Compreender como estas mulheres significam e articulam os processos de (re)existência diante dessas categorias de opressão em suas semelhanças e/ou diferenças. As reflexões da pesquisa estão ancoradas sobre a) Teoria Crítica da Raça; b) os Estudos sobre o Feminismo Negro e c) o Quilombismo. A metodologia adotada é de natureza teórico-bibliográfica e qualitativa, com os recursos: a) Diário de Campo e b) Entrevista Narrativa Autobiográfica. Para análise dos dados coletados nas entrevistas foi utilizada a teoria da Análise Crítica do Discurso onde o texto foi tabulado por meio do software de pesquisa qualitativa Atlas Ti. Como conclusões, entendemos que o racismo e sexismo são ainda mais violentos com mulheres negras quilombolas e que viver em comunidade é fator protetivo para elas e um espaço de elaboração de estratégias de resistência tanto individuais como comunitárias. Este estudo contribuiu para o desmantelamento de uma ciência branca e eurocêntrica e para a luta por mais mulheres negras em espaços de produção científica e na academia.

*Palavras-chave:* mulheres quilombolas, quilombo, racismo, sexismo, feminismo negro

## Abstract

In a capitalist and patriarchal society, black people, women and children are the biggest victims of the processes resulting from social inequality. When placed within an intersectional perspective, the context becomes even more painful for black quilombola women, as they are simultaneously crossed by different forms of oppression, namely racism, sexism and, consequently, classism. In this context, the starting question for this study was: "How does the intersection of racism and sexism as authoritarian practices affect the life experience and (re)existence of black quilombola women? ", which was answered through the operationalization of the objectives of this research:

- a) Describe the relationship between authoritarianism and racism
- b) Identify the authoritarian bases of sexism;
- c) Analyze how these oppressions affect the life experiences of these women and
- d) Understand how these women mean and articulate the processes of (re)existence in the face of these categories of oppression in their similarities and/or differences.

The reflections of the research are anchored in a) Critical Race Theory; b) Studies on Black Feminism and c) Quilombism. The methodology adopted is of a theoretical-bibliographical and qualitative nature, using the following resources: a) Field Diary and b) Autobiographical Narrative Interview. The theory of Critical Discourse Analysis was used to analyze the data collected in the interviews, and the text was tabulated using Atlas Ti qualitative research software. As conclusions, we understand that racism and sexism are even more violent with black quilombola women and that living in a community is a protective factor for them and a space for developing both individual and community resistance strategies. This study has contributed to the dismantling of a white, Eurocentric science and to the fight for more black women in scientific production spaces and in academy.

*Keywords:* quilombola women, quilombo, racism, sexism, black feminism

## Lista de Figuras

### **Figura 1**

*Pintura em uma parede da comunidade* ..... 68

### **Figura 2**

*Pintura em uma parede da escola Osório Julião* ..... 71

### **Figura 3**

*Posters pendurados na parede da escola Osório Julião em alusão a personalidades negras* ..... 72

## Lista de Tabelas

### **Tabela 1**

*Nomes fictícios das entrevistadas e suas respectivas idades* ..... 51

### **Tabela 2**

*Categorias analíticas elaboradas* ..... 53

### **Tabela 3**

*Estratégias de resistência pontuadas pelas mulheres* ..... 77

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

Análise Crítica do Discurso (ACD)

Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ)

Determinantes Sociais da Saúde (DSS)

Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)

Estados Unidos da América (EUA)

Fundação Cultural Palmares (FCP)

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

Pesquisa-Ação (PA)

Policial Militar (PM)

Rede de Estudos e Afrontamentos da Pobreza, Discriminação e Resistências (REAPODERE)

Relatório Técnico e Delimitação (RTID)

Revisão Narrativa de Literatura (RNL)

Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

Sistema Único de Saúde (SUS)

Teoria Crítica da Raça (TCR)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>16</b>
<b>Bases autoritárias do racismo e sexismo .....</b>	<b>20</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>20</b>
<b>Metodologia.....</b>	<b>21</b>
<b>A história dos autoritarismos brasileiros.....</b>	<b>22</b>
<b>“Racismo sem racistas”: o caso do Brasil.....</b>	<b>29</b>
<b>Sexismo.....</b>	<b>32</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>34</b>
<b>O Quilombo resistiu: racismo e sexismo como práticas de opressão.....</b>	<b>35</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>35</b>
<b>Metodologia.....</b>	<b>38</b>
<b>Discussão.....</b>	<b>38</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>44</b>
<b>Costurando uma rede de afetos: história escrita pela luta de mulheres negras.....</b>	<b>44</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>44</b>
<b>Epistemologia e Metodologia.....</b>	<b>45</b>
<b>A Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo.....</b>	<b>47</b>
<b>Instrumentos.....</b>	<b>47</b>
<i>Diário de campo.....</i>	<b>47</b>
<i>Entrevista Narrativa Autobiográfica.....</i>	<b>48</b>
<b>Procedimentos.....</b>	<b>49</b>
<b>Participantes.....</b>	<b>50</b>

<b>Análise.....</b>	<b>52</b>
<b>Uma história escrita por dez mulheres negras.....</b>	<b>54</b>
<b>Toda mulher negra é um Quilombo: eu vou falar de nós ganhando, porque falar de nós perdendo eles já falam.....</b>	<b>67</b>
<b>Agora é hora de juntar as partes e pensar no depois.....</b>	<b>79</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>82</b>
<b>Referências.....</b>	<b>85</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>101</b>

## Introdução

O processo de construção desta dissertação de mestrado iniciou muito antes da minha entrada no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ela é resultado da intersecção entre o lugar social que ocupo, meus processos pessoais e o campo da produção do conhecimento que tive contato ao entrar na Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminação e Resistências (ReaPODERE). O lugar social citado como parte de uma família engajada em lutas sociais: sou filha de um super pai negro, implicado na luta antirracista, e de uma super mãe militante e de uma força extraordinária, que hoje entendo que ela foi obrigada a desenvolver. Aprendi a questionar o lugar da política desde nova, mas não compreendia como o racismo e o sexismo atravessavam a minha vida até começar a estudar e pesquisar sobre o assunto no final da graduação em Psicologia.

Além disso, foi na Universidade Estadual do Ceará (UECE), na graduação, que entendi que precisava estudar esses processos sociais. Costumo dizer, inclusive no meu processo de psicoterapia, que a psicologia salvou a minha vida de diversas maneiras. Foi ela que me fez entender as razões pelas quais eu sempre fui diferente das colegas e dos colegas do colégio, foi ela que me retirou de processos abusivos vivenciados em uma instituição religiosa e foi ela que me fez entender que ser uma mulher negra costuma exigir muito de nós. Foi a psicologia que me ensinou a romper com os silenciamentos colonialmente impostos a mulheres como eu e foi ela que me fez compreender também por que, quando eu era pequena e ia com o meu pai passar horas nas livrarias, os seguranças do estabelecimento curiosamente nos rondavam a todo instante.

Racismo e Sexismo são, em si, problemas globais. Apesar dos avanços conquistados em alguns países, esses marcadores de opressão seguem sendo estruturantes em diversas sociedades, inclusive no Brasil (Almeida, 2018). Pode-se compreender o racismo como uma “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de

práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 22), que transcende o nível individual sendo, portanto, estruturante da sociedade brasileira. O racismo, então, não é a exceção, mas a regra, não é o “patológico”, mas o “normal” que estrutura como o país vai funcionar em diversos aspectos – social, econômico, laboral etc – colocando uma raça, a negra, em detrimento de uma outra, a branca. O sexismo possui essa mesma lógica, mas a partir de uma segregação de gênero onde a mulher é vista como inferior ao homem. Tais opressões impactam a vida e o bem-estar de mulheres negras e muitas sequer sobrevivem à violência perpetrada pela estrutura do país. São os negros, as mulheres e as crianças as maiores vítimas dos processos decorrentes da desigualdade social.

Além disso, quando colocado dentro de uma perspectiva interseccional, o contexto fica ainda mais doloroso para mulheres negras, pois são atravessadas simultaneamente por diferentes formas de opressão, a saber, o racismo, o sexismo e, conseqüentemente, o classismo. Apesar deste contexto, Dealdina (2021) aponta que a mulher negra resistiu e vem (re)existindo no Brasil em diferentes espaços e formas de resistências, como no exemplo dos mais de seis mil quilombos espalhados pelo país. Foi como pesquisadora no campo de Saúde Mental dos Povos Tradicionais e com as pessoas e territórios envolvidos que entendi que este deveria ser meu território, afinal, “toda mulher negra é um quilombo” (Dealdina, 2021, p. 37) e não existe espaço que melhor defina o significado de (re)existir, palavra carregada de significados e potência em minha vida, do que o quilombo.

Diante disso, este estudo tem como objetivo geral: De que forma o cruzamento entre racismo e sexismo como práticas autoritárias incidem na experiência de vida e de (re)existência de mulheres negras quilombolas. E como objetivos específicos: 1) Descrever a relação entre autoritarismo e racismo; 2) Identificar as bases autoritárias do sexismo; 3) Analisar como estas opressões incidem nas experiências de vida dessas mulheres e 4) Compreender como estas

mulheres significam e articulam os processos de (re)existência diante dessas categorias de opressão em suas semelhanças e/ou diferenças.

Esta dissertação conta com os aportes epistemológicos de três teorias que caminham lado a lado com um mesmo objetivo: a Teoria Crítica da Raça (TCR), o Feminismo Negro e o Quilombismo. Ferreira e Queiroz (2018) apontam que a perspectiva da TCR vai ao encontro e dialoga com os aportes desenvolvidos por diversos intelectuais negros brasileiros, como o quilombismo, de Abdias Nascimento e a amefricanidade, de Lélia Gonzalez.

Entendemos por Teoria Crítica da Raça (TCR) uma ferramenta teórico legal que reconhece raça e racismo como estruturas de uma sociedade enfatizando a relevância e a necessidade de se enxergar prática, política e a lei dentro de um contexto histórico-cultural. Dito de outra maneira, trata-se de uma teoria que compreende a categoria raça não como uma realidade biológica, mas social, que cria hierarquias entre os indivíduos, operacionalizando desigualdades (Parker & Roberts, 2015). A TCR nasceu através da discussão sobre raça, pedagogia, ações afirmativas, o questionamento epistemológico hegemônico e o desprezo a determinadas formas de vida e experiências que o movimento eclodiu (Delgado & Stefancic, 2021).

A principal premissa da TCR é a de que raça e racismo são fenômenos centrais da estrutura da sociedade. Ela compreende que o racismo não é a exceção, mas a regra geral do comportamento da sociedade, ou seja, é ele o responsável por estruturar a organização social e, conseqüentemente, por deixar para a população negra lugares subalternizados. Ademais, ela entende que, por ser um marcador de opressão naturalizado e que mantém e gera privilégio a uma elite dominante, situações de racismo sutis do dia a dia são, propositalmente, ignoradas (Silva & Pires, 2015). Ela coloca como central as tensões sociais geradas por essas questões e dialoga com o feminismo radical, a libertação negra e outros estudos pós-estruturalistas.

O quilombismo, outro aporte epistemológico deste estudo, tem como ideia e objetivo central a restauração das tradições africanas e afro-brasileiras para entender o mundo e escrever a

história, uma vez que o negro não tem a necessidade de imitar o opressor, ou pedir emprestadas as suas filosofias, teorias ou ideias. O quilombismo foi o responsável, então, por introduzir questões da comunidade negra brasileira com a finalidade de enriquecer e ampliar a luta afro-brasileira (Nascimento, 1982). Referenciando a relevância do quilombismo para a construção de uma ciência antirracista, o próprio Abdias deixa evidente que “O conhecimento científico de que os negros necessitam é aquele que os ajude a formular teoricamente – de forma sistemática e consciente – sua experiência de quase quinhentos anos de opressão” (Nascimento, 2009, p. 206).

Nesse sentido, é uma abordagem que busca perspectivas afirmativas, afrocentradas, historicamente contextualizadas que coloca a comunidade negra como agente e condutora de sua própria história, o que converge com a ideia do feminismo negro. Marcado por teóricas como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Grada Kilomba, Audre Lorde, Patricia Hill Collins e bell hooks, o feminismo negro defende que entender como as opressões se interseccionam é fundamental para defender, cuidar e lutar por todas as possibilidades de existência, por todas as mulheres e não por uma categoria unidimensional que reforçava o lugar subalterno dado a mulheres negras (Ribeiro, 2018). O feminismo como estilo de vida introduziu a ideia de que poderia haver tantas versões de feminismo quantas fossem as mulheres. De repente, a política começou a ser aos poucos removida do feminismo. E prevaleceu a hipótese de que não importa o posicionamento político de uma mulher, seja ela conservadora ou liberal, ela também pode encaixar o feminismo no seu estilo de vida (hooks, 2020, p. 26). Compreendendo os aportes epistemológicos que guiam este estudo, seguimos agora para a disposição dos estudos nesta dissertação.

O trabalho está dividido em três estudos, sendo o primeiro uma Revisão Narrativa a respeito das bases autoritárias dos marcadores de opressão, racismo e sexismo. Este primeiro momento responde os dois primeiros objetivos específicos desta pesquisa. No segundo momento, apresento uma nova revisão narrativa, fruto de uma Revisão Sistemática de Literatura (Galvão &

Ricarte, 2019) realizada na fase de qualificação desta pesquisa cujo objetivo é responder ao terceiro objetivo específico analisando como esses marcadores de opressão incidem, especificamente, na realidade de mulheres quilombolas. Por fim, o último estudo trata-se da fase de análise das produções realizadas nesta pesquisa onde abordarei novamente o terceiro objetivo específico, agora referenciando a comunidade quilombola da Serra do Evaristo, lar das interlocutoras deste estudo e responderemos o quarto e último objetivo específico, identificando quais são as estratégias de resistência adotadas pelas mulheres diante dos marcadores de opressão. Nesse momento trago também alguns sentimentos sobre o processo metodológico e de escrita do trabalho por meio das produções realizadas no meu diário de campo.

Ademais, explico que, com o objetivo de maior e mais rápida circulação dos achados deste estudo de dissertação, suas sessões foram organizadas em estudos menores independentes, contendo cada um deles fundamentação teórica, aspectos metodológicos, resultados e conclusões específicos. Esperamos que este ele contribua com o desmantelamento da colonialidade, do epistemicídio e que seja também um espaço de promoção de cuidado e de fortalecimento de mulheres negras quilombolas, afinal, trata-se de um estudo elaborado por elas e para embasar a construção de políticas públicas para elas. Sem mais, desejamos que este estudo chegue a você não só como produção científica, mas como produção de subjetividades também.

## **Bases autoritárias do racismo e sexismo**

### **Introdução**

O autoritarismo é compreendido, de modo geral, como uma forma de governo caracterizada pela obediência cega e absoluta a uma autoridade que se coloca no lugar de líder inquestionável. Nesta base ideológica, as desigualdades são percebidas e compreendidas como orgânicas e naturais - há um ser superior ideal em detrimento de outros - outros estes que precisam ser combatidos. Além disso, há um ambiente controlado e atravessado pelo medo daquilo que,

para a sociedade em questão, é considerado ruim, errado e inferiorizado (Schwarcz, 2019). Diante disso, compreende-se o racismo e o sexismo como marcadores de opressão de cunho autoritário, afinal, ambos são fundamentados no colonialismo e na ideia de que existem seres naturalmente inferiores em detrimento de outros que detém privilégios e poderes.

Abordar as bases autoritárias do racismo e do sexismo é uma tarefa árdua e indispensável diante do cenário de crise da democracia liberal vivida mundialmente, especialmente a partir de 2016 com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA). A relevância pública e acadêmica deste debate está diretamente ligada ao conjunto de novas crises, não exclusivamente políticas, que relativizam o valor da vida humana, não humana e do meio ambiente, crises estas que foram fortalecidas como consequência da crise da democracia percebida a partir do aumento de governos autoritários ao redor do mundo (Fraser, 2022). Entretanto, as chamadas novas crises não são propriamente novidades no contexto brasileiro, tampouco global. Tais crises foram sendo projetadas a partir das atualizações da colonialidade (do ser, do saber e do poder) da qual trataremos adiante.

Nesse sentido, esse estudo objetiva compreender como o autoritarismo se instalou na estrutura do país de maneira muitas vezes sutil e porque devemos compreender o racismo e o sexismo como marcadores de opressão de cunho autoritário. A escrita está dividida em quatro momentos a fim de tornar a leitura mais fluida: iniciamos abordando os aspectos metodológicos do estudo; em seguida discutimos o processo histórico do que chamamos de ‘autoritarismo à brasileira’ e finalizamos com o aprofundamento acerca do racismo e posteriormente do sexismo.

## **Metodologia**

Este estudo é de natureza teórico-bibliográfica uma vez que sua preocupação não foi a de examinar uma relação empírica, mas uma possibilidade de aproximação teórica entre três categorias, a saber: racismo, sexismo e autoritarismo. Para isso, contamos com a literatura de base

a respeito das categorias supracitadas. A pesquisa teórico-bibliográfica permite ao pesquisador a construção de novas relações teóricas, as quais poderão servir não só para a reflexão sobre um dado problema ou questão, mas também que poderão alimentar novos olhares para pesquisas empíricas, podendo suas contribuições se tornarem lentes de contato para a realidade de pesquisa (Creswell, 2014).

De forma mais específica, foi utilizada a Revisão Narrativa de Literatura (RNL) como caminho dentro do processo de apropriação da literatura de base acerca das temáticas indicadas. A RNL é uma técnica que consiste na seleção do material teórico-bibliográfico em conformidade com o processo de descoberta e apropriação das leituras por parte do pesquisador, o que revela a aproximação pessoal do pesquisador acerca de uma temática específica, por isso narrativa (Rother, 2007).

### **A história dos autoritarismos brasileiros**

“História não é bula de remédio”. Este é o subtítulo da introdução da obra “Sobre o autoritarismo brasileiro” de Lilia Moritz Schwarcz que aborda as diferentes formas de autoritarismo presentes na história do país. Ao ler a obra ainda não havia me dado conta de quantos significados essa frase pode ter até o dia que minha avó paterna, a dona Ozeni, leu, em voz alta, reiteradas vezes o título do capítulo. Foi somente através dos olhos da minha avó que eu compreendi: história não é bula de remédio. Não tem uma única versão, não vem com uma receita e não deve ser lida como uma verdade absoluta a partir da interpretação daquele que está no poder. É fundamental que olhemos o passado com os olhos de uma avó e com os olhos dos nossos ancestrais que estavam aqui muito antes do “descobrimento” do Brasil.

Tendo em vista que a história não é uma bula de remédio, é fundamental destacar que a formação do Estado brasileiro tem uma história muito particular: foi para cá que vieram quase metade dos africanos e africanas escravizados, fomos o último país a abolir a escravidão, tivemos

uma monarquia por mais de sessenta anos, tivemos um período de ditadura militar, um presidente capaz de tecer homenagens a torturadores do período ditatorial e seguimos nesta construção (Schwarcz, 2019). Em todos os momentos da história do país temos a presença de práticas autoritárias em suas diferentes versões.

12 de outubro de 1492. Data em que, curiosamente, Cristóvão Colombo descobriu um território já descoberto por milhares de indígenas. 7 de junho de 1494: Tratado de Tordesilhas, acordo assinado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela para dividir as terras descobertas pelos indígenas, digo, por Colombo. 22 de abril de 1500: o Brasil indígena foi, mais uma vez, misteriosamente descoberto. 31 de março de 1964: data do golpe militar dado no então presidente do país, João Goulart, justificado pela assustadora ameaça comunista que nunca existiu. Estas e outras datas que marcaram a história do país demonstram que a história, de fato, não é bula de remédio, mas é objeto de disputa política (Schwarcz, 2019).

13 de maio de 1888. Esta foi a data daquilo que ficou conhecido como Abolição da Escravatura no Brasil, entretanto, a abolição verdadeira nunca aconteceu - vide as 2.077 pessoas resgatadas em trabalho análogo ao da escravidão somente no primeiro semestre de 2023 (“Brasil resgata 2 mil trabalhadores em condição de escravidão no primeiro semestre de 2023”, 2023). O sistema escravocrata no país não foi apenas um sistema econômico, mas que fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais e estruturantes originando uma sociedade violenta e desigual (Schwarcz, 2019).

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e um mutilado – aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva – eram atirados na rua à própria sorte qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de “africanos livres”. Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades

públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888, se repetiria o mesmo ato “Libertador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres” (Nascimento, 2016, p. 79).

Ao abolir a escravidão sem qualquer estratégia de reparação foram fortalecidos no território brasileiro todos os aspectos necessários a formação e perpetuação de uma sociedade desigual: o racismo como ideologia dominante, a branquitude e valorização do branco, preconceito e práticas raciais discriminatórias, o biopoder e a necropolítica (Theodoro, 2022). Tais práticas passaram por um processo de reforço à medida que beneficiou e ainda beneficia o interesse de determinada parte da população (Gonzalez, 2020) não pensando, portanto, em estratégias de reparação histórica que seriam necessárias na construção de um país menos injusto.

Reparação histórica trata-se do conjunto de ações e políticas criadas com o objetivo de mitigar ou amenizar injustiças cometidas no passado contra determinadas comunidades ou grupos sociais. Não se trata de uma compensação individual, mas coletiva em busca de reconhecimento da escravização, de uma abolição incompleta e dos abusos perpetrados pelo Estado desde a época em que a população negra e indígena era escravizada e que estão em processo de continuidade. No Brasil, os instrumentos jurídicos, políticos e sociais para pensar em uma reparação histórica verdadeira ainda são insuficientes (Ventura, 2022).

Ao analisar a Constituição de 1988 sob a perspectiva de uma busca por lei que amparasse o direito à reparação histórica, Ventura (2022) aponta que o Estado brasileiro passou a reconhecer direitos de cidadania e existência pública de tradições de diferenças étnico-culturais e sociais, mas não incorporou nenhum dinheiro de reparação ao povo africano e indígena pela prática de opressão colonial por eles imposta mantendo a lógica colonialista. Dito de outra maneira, a

exploração passou a ser sistemática na modernidade se utilizando de mecanismos sociais criados para que a estrutura do país beneficiasse a elite branca em detrimento da periferia. A modernidade é, então, a narrativa, o período histórico onde a colonialidade se constituiu (Mignolo, 2017). A colonialidade é a constituição de um poder capitalista global, moderno/colonial e eurocêntrico pensado a partir da ideia de raça como elemento central para a validação desse poder (Maia & Melo, 2020).

Segato (2021) destaca que o ponto central da colonialidade encontra-se na racialização, na invenção da raça e na hierarquia colonial que estabeleceram e permitiram aos “brancos” - posteriormente chamados de “europeus” - o controle do trabalho. Foi a partir do sistema colonial que se originou o eurocentrismo, fundamental na reprodução de um sistema de exploração e de valorização de sujeitos e produtos. O eurocentramento distorce a produção de sentido, de conhecimento e de tudo aquilo que envolve o ser.

Foi neste contexto colonialidade/modernidade que o “autoritarismo à brasileira” surgiu e se concretizou. Digo autoritarismo à brasileira porque diferente de outros contextos autoritários, no Brasil, a prática e manutenção desse sistema de poder é, na maior parte do tempo, velada (Schwarcz, 2019).

Nosso autoritarismo foi construído a partir da profusão de estratégias comuns: a seleção de um passado mítico e glorioso; a criação de um anti-intelectualismo e um antijornalismo de base; um retorno à sociedade patriarcal de maneira a elevar conceitos como hierarquia e ordem; o uso da polícia do Estado ou, se necessário, de milícias para reprimir bandidos mas também desafetos políticos; uma verdadeira histeria sexual que acusa mulheres, gays, travestis e outras minorias de serem responsáveis pela degeneração moral de suas nações; um apelo à própria vitimização (a sua e de seus aliados), conclamando a população a reagir aos supostos algozes de outrora; o incentivo à polarização que divide a população entre “eles” e “nós”, estabelecendo que “nós” somos os realizadores e “eles” os usurpadores; o

uso extensivo da propaganda política que não preza a realidade pois prefere inventá-la; a naturalização de certos grupos nacionais e a consequente ojeriza aos imigrantes, logo transformados em estrangeiros; a manipulação do Estado, de suas instituições e leis, visando perpetuar o controle da máquina e garantir um retorno nostálgico aos valores da terra, da família e das tradições, como se esses fossem sentimentos puros, imutáveis e resguardados (Schwarcz, 2019, p. 186).

Neste contexto, entende-se que o autoritarismo tem como característica principal a concentração e a exclusividade do exercício do poder nas mãos de uma única pessoa ou grupo, característica fundamental no binômio colonialidade/modernidade. O uso desse poder está intimamente ligado a decisões que dizem respeito à vida (ou a morte) de alguém: são os detentores do poder que podem definir quem pode viver, quem deve morrer, quais vidas têm valor e quais não têm (Mbembe, 2018). Nesse mesmo sentido, Spivak (2010) aponta para a existência de um sistema configurado para que relações desiguais de poder se mantenham e, continuamente, fortaleçam-se ditando quais corpos são autorizados a falar, a existir e quais não são.

Nesta lógica, as vidas que são consideradas valiosas detêm o controle daquelas que não são e que tornam-se, então, alvo de diferentes formas de violência, como racismo e sexismo. Quijano (2005) aponta para a conceitualização do racismo como o resultado da biologização da desigualdade no contexto da colonialidade/modernidade. No mesmo sentido, Segato (2021) entende o sexismo como a distribuição da desigualdade a partir do patriarcado, resultado também da biologização da hierarquia. As duas práticas de opressão, digo, as duas práticas autoritárias foram e são possíveis graças a colonialidade, que construiu e fortaleceu a existência de abismos de desigualdade social entre corpos (Spivak, 2010).

Antes de abordar individualmente as duas práticas autoritárias, é fundamental compreender o papel da colonialidade do ser, do poder e do saber na estrutura dos estados

autoritários. Iniciaremos pela responsável pelo apagamento de referências, vozes, bibliotecas extra-ocidentais e pelo racismo epistêmico, a colonialidade do saber (Reis, 2022).

A noção de Colonialidade do Saber, introduzida por Quijano (2009), diz respeito ao poder epistêmico da Europa que a partir das narrativas legitimadas pela modernidade controla toda a produção, legitimação e difusão de conhecimento do sul global. Como dito anteriormente, esse fenômeno fortalece a estrutura violenta e desigual à medida que se utiliza do poder para definir quem tem o direito de produzir conhecimento e o que o valida. História não é bula de remédio, mas é objeto de disputa política e é fundamental que olhemos o passado com os olhos de uma avó ou com os olhos dos nossos ancestrais, mas se a avó ou o ancestral for negro, a história não será legitimada, afinal, a colonialidade está imbricada no *modus operandi* da sociedade.

Na formulação a respeito da *hybris* do ponto zero, Castro-Gómez (2005) avalia, por intermédio da colonialidade do saber, a forma retórica e violenta utilizada pelo eurocentrismo para se representar como neutro, externo ao mundo, sendo, portanto, o único capaz de produzir saberes verdadeiramente valiosos para e sobre toda a humanidade. Desse modo, a partir da organização eurocêntrica, a colonialidade do saber rege-se, a partir de uma escala de prestígio e validação, o saber disciplinar em uma relação hierárquica do observador soberano sobre o objeto naturalizado (Segato, 2021).

Foi a Colonialidade do Poder a responsável por introduzir a classificação universal da população pautada na ideia de “raça” (Lugones, 2008). É o conceito de raça que legitima todas as formas de subordinação e poder sobre os povos colonizados, considerados inferiores em relação ao colonizador (Maia & Melo, 2020). Dito de outra maneira, a ideia de raça é, sem dúvida, o instrumento mais eficaz de controle e dominação social inventado (Segato, 2021).

Por fim, e em consequência deste contexto, há a colonialidade do ser (gênero e sexualidade) que faz com que se inferiorize pessoas. É uma forma de ditar qual a maneira correta de existir no mundo. Assim, é na colonialidade do ser que os colonizados sentem de maneira ainda

mais agressiva os efeitos da colonização. É a colonialidade do ser que inferioriza, estigmatiza, invisibiliza e extermina a cada dia o corpo colonizado (Streva, 2016).

Neste contexto, Aníbal Quijano (2009a) destaca que a subjetividade das vítimas da colonialidade foram e ainda são continuamente interferidas por padrões desconectados das suas histórias e ancestralidade vendo sua memória histórica ser aniquilada. Seu modo de viver e de se perceber no mundo foi aprisionado em categorias instrumentais para o sistema colonial e para a exploração: as populações colonizadas foram reduzidas a “negro”, “índio” e “criollo” (Segato 2021). Além disso, em 2005, Quijano destaca que essa lógica de extermínio, violência e exploração:

não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, ainda que a questão fique por indagar, que a ideia de gênero tenha sido elaborada depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista (p. 118).

María Lugones (2007) acrescenta o sistema de gênero colonial na colonialidade do poder. Este sistema é um instrumento de poder imposto às mulheres colocando-as em relações de subalternização. Lugones (2008) nomeou esta sistemática de opressão como de “sistema moderno-colonial de gênero” referindo-se às formas de dominação nas esferas do sexo, do trabalho, da autoridade coletiva e da subjetividade. A colonialidade de gênero coloca em lugares de poder apenas homens brancos heterossexuais à medida em que as mulheres são consideradas não humanos e inferiores. Assim,

O “sistema moderno-colonial de gênero” funciona como instrumento de poder que impõe às mulheres relações de subalternização. Na modernidade, a concepção de poder

caracteriza-se como eurocêntrica à medida que supervaloriza a cultura e o modo de produção de conhecimento Ocidental, desvalorizando outras formas de saber e modos de ser. No “sistema moderno-colonial de gênero”, são apontadas formas de dominação nas esferas do sexo, do trabalho, da autoridade coletiva e da subjetividade (Carvalho, 2022, p. 15).

Em resumo, o sistema moderno colonial é basicamente atravessado pela racialização, pelo eurocentrismo, pelo controle da autoridade e por questões de gênero e formação do patriarcado (Quijano, 2005) que são, na prática, diferentes faces de um mesmo ponto de partida: o autoritarismo. Dito isso, abordaremos agora como a colonialidade ajudou a fortalecer as práticas autoritárias referentes a gênero e raça no Brasil.

### **“Racismo sem racistas”: o caso do Brasil**

O racismo pode ser compreendido como uma forma de racionalidade que se mantém à medida que protege e garante a continuidade de acesso a privilégios para a branquitude (Almeida, 2018). Trata-se de uma forma de dominação que por muito tempo, amparada pela pelas heranças coloniais, tentou ser justificada cientificamente por uma suposta luta entre as raças e a consequente crença na existência de uma raça superior, a saber a branca-européia. Esse percurso, aliado ao biopoder, foi suficiente para iniciar o processo de criação dos discursos racistas que, a serviço do Estado, objetivavam decidir o futuro da população, quem vive e quem morre e quem tem direitos ou não (Schucman & Gonçalves, 2020).

Almeida (2019) aponta que o racismo é sempre estrutural, está presente em toda a organização política e econômica da sociedade. Assim como político e econômico o racismo se faz presente nos processos de subjetivação dos sujeitos, ele confere sentido e lógica à sociedade. “Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas (...)” (Almeida, 2019, p. 35).

Dito de outra maneira, há uma naturalização da estrutura social hegemônica do país, o que converge com a ideia segundo a qual o racismo nada mais é do que uma das faces do autoritarismo, pois evadir-se do passado e naturalizar a desigualdade é característica primordial de governos autoritários. Tais governos estruturam narrativas que mantêm a desigualdade e a colocam no lugar do “inevitável”, além de manter seu poder como Estado. Para isso, existem diferentes estratégias de opressão que se retroalimentam para manter tal estrutura.

Uma delas é a sustentação de um mito da democracia racial, de forte impacto no país, para entender como se formam e consolidam práticas e ideias autoritárias no Brasil. Mas existem outras janelas importantes: o patriarcalismo, o mandonismo, a violência, a desigualdade, o patrimonialismo e a intolerância social, elementos presentes em nossa história pregressa que encontram grande ressonância na atualidade e que fortalecem o racismo como tecnologia de poder (Schwarcz, 2019).

Apesar de 84% da população brasileira considerar o Brasil um país racista, apenas 4% se consideram racista. A conta não fecha, mas foi esse o resultado da pesquisa “Racismo no Brasil” realizada em 2021 pelo Instituto Locomotiva (Meirelles, 2021). Ou seja, o “racismo à brasileira” se projeta no Outro, somente o Outro é racista. Parte disso se dá por sermos culturalmente atravessados pelo mito da democracia racial. Conceito elaborado por Abdias do Nascimento (2016), refere-se ao comportamento brasileiro que, para afastar-se da discussão sobre a própria questão racial, age como se, por sermos um país mestiço, não houvesse racismo aqui. Entretanto, não só vivemos em um país racista, mas em um país em que o racismo opera em todos os níveis da sociedade, chegando a tirar a vida da população negra direta e indiretamente.

No Brasil do Mito da Democracia Racial, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o perfil das vítimas de mortes violentas intencionais segue um padrão há anos, ainda que haja aumento ou redução de mortes. Em média, 91,4% das mortes violentas intencionais vitimam homens,

enquanto 8,6% vitimam mulheres. Este percentual varia de acordo com a ocorrência: entre os mortos em intervenções policiais, 99,2% das vítimas eram do sexo masculino. No que diz respeito ao perfil étnico-racial das vítimas, 76,5% dos mortos são negros - número que sobe para 83,1% quando se refere às vítimas de intervenções policiais (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

(...) Dizem que é bala perdida, mas não param de atirar/ Trazem armas, seus coletes e licença pra matar/ Então, vê só, um monte de gente morta/ Não, não era um usuário, é a tal guerra contra as drogas/ Sociedade vira as costas, os bacana assina o cheque (...) (Marcelo D2, 2023).

A letra de Alta Colina, de Marcelo D2, quando atrelada aos dados apresentados acima, torna-se um dos retratos da violência que atinge a população negra no Brasil. Essas estatísticas se corporificam em diferentes nomes e idades, mas a cor do alvo assassinado permanece a mesma. É o caso de João Pedro, 14 anos, morto com um tiro na barriga após uma operação conjunta da Polícia Federal e da Polícia Civil no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro (Coelho, 2020). Também é o caso de Anna Carolina Souza Neves, 8 anos, atingida na cabeça por uma bala perdida dentro de casa em Belford Roxo, na Baixada Fluminense (“Corpo de menina atingida por bala perdida dentro de casa no RJ é enterrado”, 2020). Outros exemplos são Ágatha Vitória Félix, 8 anos, assassinada por um tiro de fuzil de um Policial Militar (PM) em uma operação no Complexo do Alemão e Thiago Menezes Flausino, 13 anos, que sonhava em ser jogador de futebol profissional, também assassinado atingido por mais uma das várias balas perdidas que encontram corpos negros (Perez & Neves, 2023). Fora do Rio de Janeiro, Maria Bernadete Pacífico, 72 anos, líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, Yalorixá e ex-secretária de Promoção da Igualdade Racial de Simões Filho, na Bahia, foi executada a tiros dentro de casa. De acordo com a Conap, outros trinta líderes quilombolas foram assassinados nos últimos 10 anos

(“Trinta líderes quilombolas foram assassinados em 10 anos, diz Conaq”, 2023). O racismo, então, nada mais é do que uma das faces do fascismo (Sodré, 2023), da necropolítica, da colonialidade.

O racismo tortura e mata o negro no Brasil desde que o país foi invadido. Seja de maneira literal, como os casos citados e tantos outros, seja indiretamente, colocando a comunidade negra em situações de vulnerabilidade sem acesso a casa, comida e condições justas de sobrevivência. Não à toa, de acordo com o Boletim temático da biblioteca do Ministério da Saúde (Brasil, 2022), o índice de suicídio entre adolescentes e jovens negros no país é 45% maior do que entre brancos.

Neste contexto, a comunidade negra do Brasil lutou e luta pelos seus direitos, por justiça, pelo acesso a condições básicas de vida, mas é, frequentemente, desautorizada pela estrutura de colonialidade de poder. Faz parte do discurso conservador desautorizar e ignorar as necessidades das minorias que estão lutando por aquilo que a elas pertence. Concluo essa discussão com a fala da pesquisadora Lilia Moritz Schwarcz (2019, p. 40): “(...) nós, brasileiros, andamos atualmente perseguidos pelo passado e ainda nos dedicando à tarefa de expulsar fantasmas que, teimosos, continuam a assombrar”.

## **Sexismo**

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não por si mesma, mas em relação a ele. Ele é o sujeito, ele é o absoluto - ela é o outro (Beauvoir, 2014).

O homem visto como padrão de humano é fundamental para a estrutura opressiva da sociedade. Este é um hábito tão antigo quanto as teorias referentes à evolução humana, teorias estas que sozinhas já funcionam como tecnologias de gênero que oprimem mulheres (Perez, 2022). Tecnologia de Gênero, conceito criado por Teresa De Lauretis (1994), refere-se à maneira como estereótipos, valores, performances e emocionalidades não só procuram retratar o “ser mulher” como categoria padronizada e universal, mas os reafirmam como tal, constituindo-se

verdadeiras pedagogias de gênero: ou você apresente a ser uma “mulher de verdade” ou não será vista como tal. Estando ou não dentro deste padrão, o sexismo opera para que todas as mulheres ocupem posições de subalternidade quando comparadas aos homens (Zanello, 2022).

Sexismo, de modo geral, trata-se do preconceito baseado no sexo onde o sexo masculino é visto como superior ao feminino. Assim como no conceito de racismo, o sexismo possui desdobramentos, como o sexismo hostil, tido como o mais violento por propagar ideias e comportamentos hostis a mulheres. Um exemplo de sexismo hostil é a chamada misoginia, entendida como ódio às mulheres. Há também o sexismo institucional que se reproduz em instituições onde a política, a lei e as regras difundem ideia de que o sexo masculino é superior ao feminino, entre outros. É possível estabelecer um paralelo entre racismo e sexismo, pois:

se o racismo justifica ou pressupõe a supremacia de uma raça sobre a outra, o sexismo justifica e pressupõe a supremacia de um sexo sobre o outro. Logo, tais formas de preconceito não são fenômenos exclusivos mutuamente. E juntos eles compreendem sistemas sociais intimamente prejudiciais, distintos e emaranhados de dominação e privilégio em benefício próprio que estruturam a incorporação das desigualdades sociais (Amorim et al., 2021, p. 253).

Sobre esta estrutura de dominação María Lugones (2008) aponta a colonialidade de gênero como característica estrutural das sociedades colonizadas que coloca mulheres em posições de subalternidade sendo oprimidas e tendo suas vidas controladas. Lugones (2008) aponta que, para tratar do sistema moderno/colonial sem fortalecer o capitalismo, é preciso unir as categorizações de raça, classe, sexualidade e gênero. Trata-se do entendimento de que, para pensar a colonialidade de gênero, faz-se necessária uma abordagem interseccional.

De acordo com o Atlas da Violência (Cerqueira et al., 2021) no ano de 2018, cerca de 4.595 mulheres foram assassinadas, o que significa a morte de uma mulher a cada duas horas no país. Além disso, em 2019, 66% das mulheres assassinadas eram negras e o risco relativo de uma

mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7% maior do que o de uma mulher não negra, demonstrando que, como demonstrado por Lugones (2008), a colonialidade de gênero opera de maneira interseccional logo, ser mulher e negra no Brasil, além de carregar estereótipos e estigmas relacionados ao racismo e ao sexismo, é estar, constantemente com suas vidas sendo colocadas em risco, afinal, são elas o principal alvo de violências físicas e psicológicas, são elas que são subjugadas e que têm seus corpos hipersexualizados e desvalorizados (Sousa et al., 2021). No contexto brasileiro, atravessado por uma formação histórico-social hegemônica, tida como natural e inevitável, as suas bases ideológicas racistas e sexistas reforçam os estereótipos negativos acerca das mulheres negras.

Estruturalmente, é a mulher negra que ocupa o espaço mais inferior da sociedade. É essa mulher que enfrenta os maiores obstáculos para inserção no mercado de trabalho, e que, quando inserida, ocupa vagas de subempregos, o que reflete em vários fatores de sua vida, como: saúde, educação, poder aquisitivo e acesso à informação, principalmente a digital. Além disso, as mulheres negras precisam procurar meios alternativos para conseguir promover o sustento da família - onde 50% das mulheres são o principal ou único apoio/sustento. As mulheres constantemente necessitam validar suas aptidões diante da branquitude. Em razão da raça, o caminho percorrido por mulheres negras para o mercado de trabalho é ainda mais tortuoso que o de mulheres não negras. O esforço é maior e a luta é diária (Dealdina, 2021).

Além disso, esses esforços, por vezes, invocam na mulher negra a necessidade de, para serem aceitas na sociedade, aderirem aos padrões de vida e beleza dominantes - que são, na verdade, pertencentes a mulheres brancas. Isso se dá, entre outras razões, pelo fato de este ser o padrão referência para serem aceitas em empregos e em outros espaços comuns na sociedade. Essas e outras violências marcam a vivência da mulher negra e, por vezes, as obrigam a estar sempre atentas e precisando dispor do dobro de energia para conquistar seus direitos - ou pelo menos parte deles (Gonzales, 1984).

## **Considerações finais**

A colonialidade-modernidade implica em relações sociais que são atravessadas por elementos de violência que objetivam manter a desigualdade social, racial e de gênero. Neste cenário, racismo e sexismo surgem como consequências da colonialidade que não só possuem bases autoritárias, mas são em si práticas típicas do autoritarismo. Os marcadores de raça e gênero foram cuidadosamente elaborados como diferenças essenciais a fim de manter uma estrutura desigual que privilegia a elite branca, masculina e heterossexual.

A compreensão de que esses marcadores de opressão são faces do autoritarismo é necessária para evidenciar que o dito “autoritarismo à brasileira” e o “racismo à brasileira” apesar de serem sutis em muitos momentos, são extremamente violentos e tiram a vida da comunidade negra desde o seu nascimento, a exemplo das nossas crianças assassinadas em meio à violência policial.

## **O Quilombo resistiu: racismo e sexismo como práticas de opressão**

### **Introdução**

A formação dos quilombos no Brasil, um dos países que sustentou por mais tempo o lugar de Estado escravocrata, surgiu como estratégia de resistência de uma população que, desde o falso descobrimento por Portugal em 1500, estava sendo retirada dos seus países de origem para viver sob a condição de escravizados no Brasil. A princípio, tratava-se de uma maneira de protestar e se libertar da escravização. Atualmente os quilombos carregam consigo, além da luta, a memória, a ancestralidade e a simbologia dos seus territórios.

Hoje, são mais de seis mil quilombos espalhados no Brasil, entretanto, somente cerca de três mil são reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares. O processo de reconhecimento dessas comunidades é longo, criterioso e afetado por questões políticas. O direito ao território é, em teoria, garantido desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988, p. 160)

que, em seu artigo 68 diz: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. Além de estar presente na Constituição, outros documentos fazem parte do arcabouço que regulamenta o processo de reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas, a saber:

DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003: Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Decreto nº 4887, 2003).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008: Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (Instrução Normativa nº 49, 2008).

Para o reconhecimento desses territórios, é necessário que os grupos passem por um processo de análise e recebam a titulação das terras. O órgão responsável pela realização desse título é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas os estados e municípios também se enquadram como competentes para efetuarem os procedimentos. O primeiro passo para a abertura do processo é possuir uma certidão de registro no Cadastro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos da Fundação Cultural Palmares. Após o registro, o INCRA realiza um estudo do território para elaboração do Relatório Técnico e Delimitação (RTID), formado pelo relatório antropológico, pelo levantamento fundiário, pela elaboração de mapa territorial e pelo cadastramento das famílias. O RTID é encaminhado para diferentes órgãos – Fundação Cultural Palmares, IPHAN, SPU, FUNAI, Conselho de Defesa Nacional, Serviço

Florestal Brasileiro, IBAMA, Instituto Chico Mendes e os órgãos ambientais estaduais – para avaliação dos dados levantados.

Por fim, com a aprovação definitiva dos estudos realizados, o presidente do Incra publica uma portaria no Diário Oficial da União e do estado, encerrando o processo com a titulação do território quilombola. Podem ser necessárias outras tramitações da esfera estadual e municipal a depender do local do país.

Ter seus territórios reconhecidos e com a devida titulação não só é parte do processo de resistência, como é necessário para alcançar um mínimo de proteção aos direitos e à própria vida do povo. O processo é bem desenhado, mas já era por si burocrático e demorado quando, em 2019, em seu primeiro dia de (des)governo, o então presidente da república Jair Bolsonaro passou, por meio de uma Medida Provisória, o INCRA para o Ministério da Agricultura sob o comando da bancada ruralista e do opositor da política pública quilombola, Nabhan Garcia (Dealdina, 2021).

Além disso, a estrutura segue a mesma lógica: quem dita se um território pertence ao quilombo é o Estado depois de diversas fases de um processo que por vezes demora anos para ser concluído - ou sequer chega a sua conclusão. Não à toa a discrepância entre a quantidade de comunidades quilombolas existentes e o número de comunidades que têm seus territórios devidamente registrados é tão grande: de acordo com o Censo de 2022 a população quilombola do país é de 1.327.802 pessoas, mas apenas 4,3% da população quilombola residem em territórios já titulados no processo de regularização fundiária (Velasco et al., 2023) Um processo que deveria ter como principal objetivo uma união entre cuidado e reparação histórica acaba funcionando como mais uma máquina de tutela do Estado.

O processo de aquilombamento segue, então, sendo significado de luta e resistência negra no Brasil desde a formação dos primeiros quilombos até os dias de hoje. Estamos falando de um país onde a pobreza, a miséria e a desigualdade têm raízes na questão racial e remontam à própria criação do Estado que tem o racismo como estruturante da chamada “sociedade brasileira”

(Theodoro, 2022). Também imbricado na estrutura do país, há o sexismo colocando as mulheres quilombolas em posições de subalternidade. A mulher quilombola sofre uma dupla discriminação tendo diferentes marcadores de opressão incidindo sobre suas experiências de vida. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é compreender como estes marcadores de opressão afetam de maneira específica a vida de mulheres negras quilombolas.

### **Metodologia**

Este estudo é de natureza teórico-bibliográfica. Estudos qualitativos buscam compreender o problema de pesquisa entendendo os aspectos subjetivos que o atravessam (Sampieri et al., 2013). Neste estudo, de forma mais específica, foi utilizada a Revisão Narrativa de Literatura (RNL) como caminho dentro do processo de apropriação da literatura de base acerca das temáticas indicadas. A RNL é uma técnica que consiste na seleção do material teórico-bibliográfico em conformidade com o processo de descoberta e apropriação das leituras por parte do pesquisador, o que revela a aproximação pessoal do pesquisador acerca de uma temática específica, por isso narrativa (Rother, 2007).

### **Discussão**

O racismo pode ser compreendido como uma forma de racionalidade que se mantém à medida que protege e garante a continuidade de acesso a privilégios para a branquitude (Almeida, 2018). Trata-se de uma forma de dominação amparada pela heranças coloniais que tentou por muito tempo ser justificada cientificamente através de uma ideologia fundamentada numa suposta luta entre as raças e a conseqüente crença na existência de uma raça superior, a saber a branca-europeia. Esse percurso aliado ao biopoder foi suficiente para iniciar o processo de criação dos discursos racistas que, a serviço do Estado, objetivavam decidir o futuro da população, quem vive e quem morre e quem tem direitos ou não (Schucman & Gonçalves, 2020). Biopoder, conceito elaborado por Foucault, “é o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie

humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Foucault, 2008, p. 3), definindo como será regida a vida dos sujeitos baseando-se em relações de poder.

No caso de mulheres quilombolas todas essas questões tornam-se ainda mais evidentes uma vez que, reconhecendo suas especificidades, devemos incluir na lista de opressões das quais elas são submetidas outros aspectos como o racismo ambiental, questões referentes a conflitos territoriais e fundiários, direito à propriedade e a própria invisibilização que foi imposta por séculos às comunidades quilombolas (Sousa et al., 2021).

Maria Rosalina, membro da Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ), em uma entrevista realizada para a Organização das Nações Unidas Mulheres (2017, p. 8), fala sobre a realidade da mulher quilombola do Brasil:

As questões mais graves que nós, mulheres, enfrentamos são as faltas de acesso às políticas públicas: terra, educação, saneamento básico, saúde, transporte, água, cultura, segurança para as mulheres. As políticas públicas não chegam aos quilombos como são colocadas no papel e, quando chegam, nós não nos reconhecemos dentro delas (...) as mulheres quilombolas são as detentoras dos saberes tradicionais, das rezas, da medicina natural e comidas típicas. Foram e são importantes na organização social, produtiva e de estratégias de resistência.

No mesmo sentido, Sousa et al. (2021) afirma que, quando se fala sobre o quilombo, pouco é dito sobre o papel da mulher dentro dele, entretanto, ela é o pilar da comunidade e a maior parte das lideranças dentro da comunidade é das mulheres. Elas participam da trajetória de luta e resistência dos quilombos na linha de frente, trabalham no roçado, em papéis de cuidado, na saúde e na transmissão dos saberes originários. São as mulheres quilombolas as responsáveis pela maior parte das atividades de administração e cuidado dos quilombos e da manutenção da cultura afro transmitindo, geração após geração, valores sociais, políticos, religiosos, culturais, medicinais e

educacionais da comunidade (Dealdina, 2021). Ao assumir todos esses papéis, elas tornam-se mais uma vez, alvos do machismo, ficam expostas a mais cobranças, ameaças, críticas e situações de invisibilidade. Esse cenário se repete dentro e fora da comunidade, em todos os espaços frequentados pelas mulheres quilombolas (Sousa et al., 2021). Em suma, a mulher quilombola é atravessada, simultaneamente, por várias categorias de opressão e ainda há uma enorme lacuna quando o assunto é compreender como essas categorias de opressão se interseccionam e, assim, violentam essas mulheres.

S. Fernandes et al. (2020) afirmam que as experiências vividas pelas mulheres quilombolas são atravessadas pela intersecção de diferentes formas de opressão – tais como gênero, raça e classe. Estes marcadores violam o acesso aos direitos e o respeito de sua autonomia, além de naturalizar violências psicológicas, físicas, patrimoniais, territoriais etc. Neste mesmo sentido, Cruz (2010) em seu artigo fruto de uma pesquisa realizada na comunidade quilombola Vale do Guaporé, demonstram a invisibilidade sofrida pela população negra do território na historiografia regional chamando atenção para a discriminação ainda maior sofrida pelas mulheres, alvo de uma tripla opressão: de classe, de raça e de gênero. A autora destaca que os trabalhos realizados por essas mulheres são, historicamente, invisibilizados e/ou considerados “ajuda” e/ou “auxílio” para as atividades dos homens e compreende que esse comportamento é parte de um processo de relação de poder sustentada pelas opressões supracitadas.

Tais opressões são responsáveis por colocar as mulheres em condições precárias de acesso a saúde como constatado por Riscado et al. (2010) ao pesquisar as formas de violência racial e de gênero e o comportamento das mulheres quilombolas diante das Doenças Sexualmente Transmissíveis DST/AIDS em Comunidades Remanescentes de Quilombos em Alagoas. Os resultados do estudo apontaram para as precárias condições de vida, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, a falta de prática preventiva para as doenças sexualmente transmissíveis.

A intersecção entre a violência racial e de gênero unidas ao racismo institucional são fatores determinantes na qualidade da assistência prestada às mulheres negras violando os direitos humanos e a própria regra de funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) que exige atendimento igualitário e que parta do princípio da equidade (E. Fernandes et al., 2020). Os autores afirmam ainda que o sexismo, aliado ao patriarcado, compromete a construção e a manutenção da autonomia das mulheres, situação evidenciada nos atendimentos do SUS e que é agravada quando colocada no contexto de mulheres negras quilombolas:

Dessa maneira, a violência racial e de gênero atrelada ao racismo institucional, que determinam a assistência prestada às mulheres negras, bloqueiam o alcance da equidade em saúde e violam os direitos humanos. Em se tratando das mulheres quilombolas, as condições geográficas das comunidades onde residem, quase sempre localizadas em áreas rurais, representam mais uma dificuldade de acesso aos serviços de saúde e, junto com a segregação histórica dessas comunidades, contribuem para maximizar os danos recorrentes a essa parcela da população. (E. Fernandes et al., 2020, p. 2)

Em convergência com o artigo de E. Fernandes et al. (2020) um outro estudo sobre autonomia reprodutiva de mulheres quilombolas intitulado “Transmissão intergeracional entre mães e filhas quilombolas: autonomia reprodutiva e fatores intervenientes” aborda o impacto do racismo estrutural na vida e nas relações entre mãe e filha nos quilombos uma vez que “mães negras enfrentam diariamente a probabilidade de suas filhas serem tratadas injustamente em decorrência de sua raça, exigindo que elas mantenham níveis excessivos de vigilância diante do implacável racismo estrutural, cultural, institucional e interpessoal”. (Marques et al., 2022, p. 9)

O estudo “Condições de vida de mulheres quilombolas e o alcance da autonomia reprodutiva” aponta que as condições sociais vivenciadas por mulheres negras quilombolas as impedem de alcançar a autonomia reprodutiva. Parte disso se dá pelo fato de que suas vidas ainda são marcadas pela imposição de padrões sexistas de submissão aos companheiros. Além disso, a

ausência de serviços de saúde acessíveis e especializados inviabilizam o exercício do direito ao planejamento reprodutivo e às informações necessárias para alcançar atendimento adequado.

Entretanto, esse estudo identificou uma:

diminuição da imposição masculina relatada pelas mulheres líderes quilombolas, especialmente, dentre àquelas que alcançaram a emancipação, seja pela independência financeira, seja pela participação política ou mesmo pelas mudanças dos padrões sociais. Estas conquistas representam avanços no que se refere à autonomia reprodutiva e mostram a possibilidade de saída da condição de submissão. (Fernandes et al., 2021, p. 8)

Ainda sobre os impactos que o racismo e o sexismo têm no âmbito da saúde, o artigo “Mulheres quilombolas e o itinerário de pesquisa de Paulo Freire” (Durand & Heidemann, 2020) destaca a dificuldade de acesso que essa população enfrenta para chegar aos serviços de saúde o que facilita a presença de agravos e coloca essas mulheres em posições de maior vulnerabilidade social. Neste estudo, os autores destacam a relação direta entre a Promoção da Saúde e os DSS, Determinantes Sociais da Saúde:

os quais estão distribuídos em três níveis de atenção que interagem no alcance da equidade e bem-estar: fatores estruturais (trabalho, tributação e proteção social e políticas ambientais; governança; normas sociais e valores) posição social e os determinantes de estratificação (classe social, gênero, raça/etnia, educação, ocupação e renda) e os determinantes intermediários (as circunstâncias, comportamentos e fatores materiais biológicos, fatores psicossociais, sistema de cuidados de saúde). A ausência de um destes DSS de determinada comunidade, grupo ou indivíduo, vincula-se à vulnerabilidade como um pré-requisito ao ser saudável. (Durand & Heidemann, 2020, p. 3)

É relevante destacar a presença, direta ou indireta, dos fatores referentes a raça e gênero em todos os níveis dos DSS, o que corrobora com os estudos que mostram que tais categorias de

opressão estão diretamente relacionadas à saúde (física e mental) de mulheres negras quilombolas (Santos & Nascimento, 2019).

Além da dificuldade de acesso à saúde, destaca-se a ausência de direitos e o difícil acesso à educação, ao trabalho e à terra como apontado por Ferreira et al. (2020). As autoras asseguram que tais elementos funcionam como fronteiras entre a comunidade quilombola e “os de fora” à medida que passam para os moradores da comunidade a sensação de não pertencimento à sociedade tendo em vista que não têm seus direitos garantidos.

Urpia et al. (2021) enfatizam a presença constante do racismo e do sexismo no dia a dia, nas escolhas e nos modos de vida das mulheres quilombolas. Neste estudo, são abordados os sofrimentos psíquicos causados pelas opressões e o resistir das mulheres neste contexto, destacando que o processo de resistência desse povo é atravessado pela politização do “ser uma mulher negra” e pelo pertencimento e reconhecimento de suas ancestralidades a partir do território. Dito de outra forma, enquanto o racismo e o sexismo operam contra as mulheres, o fortalecimento da identidade surge como estratégia de resistência.

Apontando para o mesmo sentido, no estudo “Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas”, os autores destacam que o quilombo pode ser um espaço de afirmação, de fortalecimento da identidade da mulher quilombola, entretanto, afirmam que a lógica de opressão do racismo e do sexismo estão reproduzidas também neste espaço (S. Fernandes et al., 2020). Os autores consideram que o sexismo opera naturalizando condições de subalternidade dentro dos quilombos, estruturando todo o funcionamento da comunidade e objetificando o corpo dessas mulheres.

Pereira et al. (2022) chamam atenção para a reprodução destas categorias de opressão dentro dos quilombos. As autoras destacam que, com frequência, as lutas das mulheres quilombolas por igualdade e até mesmo pelos direitos da própria comunidade são vistas como políticas. Além disso, apontam que dentre as consequências do racismo e do sexismo estão

diferentes tipos de violência, o fortalecimento do colonialismo e a imposição de espaços de subalternidade. Como estratégia de resistência, as autoras destacam a importância da coletividade, do processo de união entre as mulheres quilombolas nos seus territórios que resultam na construção de uma rede de solidariedade e apoio e de transmissão da tradição quilombola.

### **Considerações Finais**

Racismo e sexismo são, então, marcadores de opressão que atravessam, diretamente, a vida das comunidades quilombolas, sendo ainda mais violentos quando interseccionados. Mulheres negras quilombolas são alvos de diferentes marcadores de opressão simultaneamente tendo suas vidas atingidas pelas consequências dessas opressões como a dificuldade de acesso aos equipamentos de saúde agravada por questões geográficas, fruto do racismo ambiental, que colocam os dispositivos do SUS em territórios afastados dos seus e de difícil acesso.

Compreendendo o caráter histórico que atravessa o contexto de mulheres negras quilombolas, pesquisas realizadas a partir das particularidades dessa população são relevantes e necessárias uma vez que nos mune de mais ferramentas de análise para compreender a vivência de pessoas e elaborar estratégias de cuidado, de resistência e de diminuição dos problemas que vulnerabilizam essas mulheres.

Em estudos futuros, acreditamos ser relevante olhar de forma mais específica para as particularidades referentes não só a este público, mas especificamente a estes fenômenos interseccionados nos processos de existência e de resistência dessas mulheres.

### **Costurando uma rede de afetos: história escrita pela luta de mulheres negras**

#### **Introdução**

O termo epistemicídio refere-se ao saber construído e exterminado, no sentido simbólico ou discursivo. O epistemicídio refere-se ao fato de que determinados conhecimentos, a depender de onde e por quem foram elaborados, serem invalidados pelo simples fato de não partirem do ponto de

vista eurocentrado. Sueli Carneiro (2005) entende que este é um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnico-racial pela negação do direito de existir, de ser e de construir saberes aos povos originários. Como já apontado nos estudos anteriores, o epistemicídio é uma dentre as diversas consequências destrutivas da colonialidade-modernidade.

Ao longo da história, a colonialidade foi responsável por dificultar - e muito - o acesso de pessoas negras à universidade fazendo com que a produção de conhecimento ficasse sob o domínio da elite branca, o segmento social que chegava às instituições de educação superior. Além de fortalecer o discurso eurocêntrico como hegemônico, não permitia que Beatrices Nascimento, Lélias Gonzales, Neusas dos Santos ou Marielles contassem suas próprias histórias.

Dito isso, ressalte-se que este estudo foi realizado a partir de epistemologias descoloniais que são fundamentadas naquilo que Mignolo (2008, p. 287) chama de “desobediência epistêmica”. Esta diz respeito à estratégia de resistência nos saberes emancipatórios e estético-corpóreos das populações afrodiaspóricas e ameríndias que buscam pôr fim à lógica binária, racista e sexista que conforma a geografia da razão “ocidental-cêntrica” (Reis, 2020, p. 9).

Neste contexto, conheceremos a história de algumas mulheres negras da Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo enquanto dialogamos com a Análise Crítica do Discurso (ACD), com o pensamento feminista negro, o quilombismo e a Teoria Crítica da Raça. Trata-se de três visões que estão posicionadas racialmente e que, articuladas, configuram uma análise interseccional e ampla das questões raciais e de gênero tratadas neste estudo.

O trabalho está dividido nas seguintes etapas: em primeiro lugar, discutiremos os aportes epistemológicos supracitados; em seguida, falaremos sobre os aspectos metodológicos para, por fim, conhecermos a Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo e as histórias das participantes e como as opressões de raça e gênero atravessaram suas experiências de vida.

## **Epistemologia e Metodologia**

Este estudo situa-se dentro do espectro das pesquisas e dos estudos qualitativos em Psicologia. Abordagens qualitativas buscam compreender a perspectiva dos participantes da pesquisa sobre fenômenos que os atravessam e, principalmente, a expansão dos dados e informações acerca do problema de pesquisa (Sampieri et al., 2013). Ela está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências e ao mundo social. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais a partir dos sentidos que os sujeitos lhes dão (Pope & Mays, 2005).

Diante do exposto, para uma investigação qualitativa, é fundamental que haja abertura, flexibilidade e capacidade de observação e de interação entre o pesquisador e os atores sociais envolvidos (Minayo, 2014). Nesse sentido e apontando para uma perspectiva participativa de fazer pesquisa, este estudo se utilizou da pesquisa-ação, como metodologia qualitativa. A Pesquisa-Ação (PA) une a produção de conhecimento à transformação da realidade social: ao mesmo tempo que se deseja e busca compreender uma realidade, objetiva-se nela intervir. O problema da pesquisa deve ser também um problema social. Sendo assim, o propósito da Pesquisa-Ação é estabelecer mecanismos de intervenções para problemas sociais, ao mesmo tempo em que realiza intervenções (Selister-Gomes et al., 2019).

Aqui, é importante evidenciar que não só este estudo entende que as participantes da pesquisa são parte da construção desta metodologia como a pesquisadora, ocupando seu lugar de mulher negra, também íntegra, durante todo o processo do estudo, suas próprias vivências referentes aos processos de opressão estudados. Todo esse processo de imersão e participação ativa no contexto da comunidade faz parte do processo de uma pesquisa-ação participante.

Na prática, o estudo foi operacionalizado a partir de uma imersão na comunidade onde foram realizadas observações, entrevistas narrativas autobiográficas e a participação em momentos específicos da comunidade, a saber: a apresentação de um filme, atividades realizadas

na escola da comunidade Osório Julião e a visita à Farmácia Viva, instalada na casa da Mestra da Cultura - mulher, negra, símbolo de resistência da comunidade, a dona Socorro.

### **A Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo**

A Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo está localizada em Baturité, município do estado de Ceará, a aproximadamente 120 km da capital. Obteve em fevereiro de 2010 o reconhecimento oficial como quilombola através da certificação da Fundação Cultural Palmares (FCP). Conta com uma escola, com um grupo de jovens, artesanato, dança de São Gonçalo, associação comunitária, grupo de capoeira, casa de semente, grupo de tambor, farmácia viva e com o ecomuseu, na sua maioria instituições sociais internas da comunidade, com exceção da escola, que é uma instituição pública municipal regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### **Instrumentos**

Instrumentos de pesquisa são técnicas para a coleta de dados de uma pesquisa. Foram escolhidos dois instrumentos para este estudo: Diário de Campo e Entrevista Narrativa Autobiográfica.

#### ***Diário de Campo***

Durante o processo de inserção na comunidade e contato com as participantes, escrevi um Diário de Campo. Este instrumento consiste na escrita dos aspectos de “interesse metodológico, vivencial e cultural, incluindo comentários indicadores de mudanças, obstáculos, receios, desconfiança, confiança e segurança” (Montero, 2006, p. 305). A escrita do diário teve como objetivo facilitar o registro das experiências vividas nos territórios além de, com ele, ter as sensações e compreensões dessas experiências sistematizadas a fim de contribuir com as análises a serem realizadas posteriormente.

Ressalte-se, ainda, que esta técnica auxilia no processo de compreensão dos afetos do pesquisador e sua relação campo-tema (Kroef et al., 2020) que, no contexto deste estudo, nomeio como território-tema. O território-tema é a relação que o(a) pesquisador(a) estabelece com um assunto a ser estudado, desde o momento em que decide trabalhar com ele. Como já explanado anteriormente, este estudo entende que o espaço onde ele ocorrerá trata-se de um território simbólico, afinal, é dessa forma que as participantes enxergam o espaço e não cabe à pesquisadora nomear de maneira distinta.

Por sua vez, o diário de campo foi escrito por uma pesquisadora-mulher-negra atravessada pelo território-tema desta pesquisa, tornando esse instrumento ainda mais relevante no processo de análise do material produzido durante a imersão no território.

Ademais, é relevante evidenciar que esse instrumento foi redigido e utilizado desde o meu primeiro contato com o território até o momento da escrita desta dissertação.

### ***Entrevista Narrativa Autobiográfica***

Entrevistas narrativas autobiográficas são ferramentas não estruturadas que buscam reconstruir a história e os entrelaçamentos sociais a partir do ponto de vista do entrevistado onde a influência do entrevistador nas narrativas deve ser mínima. Ela nos possibilita revisitar a história, a memória, as lembranças e corporeidades a partir da subjetividade do entrevistado e trata-se de um “caminho para o entendimento da experiência” (Clandinin & Connelly, 2015, p. 26).

A escolha da entrevista narrativa autobiográfica se deu por ser uma perspectiva que visa captar a história de vida do entrevistado, valorizando a sua subjetividade, tendo por base a narrativa das suas histórias e experiências individuais e coletivas. Além disso, é um tipo de entrevista semi-estruturada na qual o ponto de referência deve ser a relevância subjetiva dada pelo entrevistado a cada uma das suas narrativas. “As narrativas são vistas como a forma primária através da qual a experiência humana se torna significativa” (Bauer & Gaskell, 2017).

Uma das principais características de uma entrevista narrativa é a exploração de relatos produzidos pelo entrevistado sem a interferência do entrevistador. Este, depois de propor uma questão gerativa não direcionada a respostas pontuais, mas que encoraje uma narração livre, sem elaboração prévia, só se manifesta de modo específico ao final da entrevista. Não são solicitadas explicações acerca das atitudes, expectativas, planos ou qualquer tipo de ação dos entrevistados, pois, o que se presume, é que, por meio de seu vocabulário cotidiano, suas experiências vividas sejam manifestadas segundo sua compreensão e o grau de importância que a elas atribui. A não interrupção do relato busca garantir que o enredo elaborado pelo entrevistado para atender à solicitação do entrevistador seja desenvolvido de forma espontânea, tal como ele considera pertinente para se fazer compreendido na situação de interação da entrevista (Ravagnoli, 2018, p. 3).

Dito de outra maneira, na entrevista narrativa autobiográfica o papel do entrevistador é ouvir, acolher e deixar que a narrativa do entrevistado ganhe forma e espaço sem maiores influências verbais por parte do entrevistador. É uma maneira de compreender também quais acontecimentos que têm maior ou menor importância na vida dos sujeitos e como estes vivenciam cada um deles.

Cabe salientar que, além da observância das características gerais deste instrumento, neste estudo, as entrevistas foram também espaços de acolhimento aos participantes, pois, ao final de cada uma delas, realizou-se uma escuta de acolhimento psicológico.

## **Procedimentos**

O levantamento das informações analisadas neste estudo ocorreu através de entrevistas narrativas autobiográficas com nove mulheres quilombolas da comunidade que se autodeclaram negras. Entrevista narrativa autobiográfica é uma ferramenta não estruturada que busca reconstruir a história e os entrelaçamentos sociais sob o ponto de vista do entrevistado onde a influência do

entrevistador nas narrativas deve ser mínima. Ela nos possibilita revisitar a história, a memória, as lembranças, corporeidades a partir da subjetividade do entrevistado, sendo um “caminho para o entendimento da experiência” (Clandinin & Connelly, 2015, p. 26).

As entrevistas foram realizadas tendo como referência um roteiro semiestruturado, elaborado após uma conversa sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que foi apresentado e esclarecidos os significados de cada um dos seus aspectos. Todos os diálogos ocorreram dentro da comunidade, mas em locais diferentes definidos pelas entrevistadas. Assim, foram quatro entrevistas na residência delas, duas no local de trabalho e três em um ambiente utilizado pelas lideranças para atividades no espaço do quilombo. O roteiro semiestruturado permitiu-me seguir alguns pontos norteadores nos momentos iniciais da conversa, mas assegurando que elas respondessem de maneira fluida, livre e sem interferências. Na maior parte das entrevistas, as perguntas eram todas respondidas sem que eu precisasse seguir o roteiro, pois as próprias entrevistadas abordavam os assuntos.

## **Participantes**

Ocupando meu espaço de mulher negra acadêmica peço licença para, neste momento, falar sobre as participantes da pesquisa a partir da ética do cuidado do feminismo negro. Patrícia Hill Collins (2019) defende que devemos recorrer a processos alternativos de validação e produção de conhecimento dentro da comunidade negra que confrontam o modo hegemônico colonial de fazer ciência. Ancorada pela ética de cuidado do feminismo negro, entendo que as participantes deste trabalho, grupo no qual estou incluída, são participantes e autoras simultaneamente e estarão implicadas no processo de realização de todo o processo de pesquisa e produção de conhecimento.

Além disso, destaco que entender as participantes como autoras deste processo é fundamental para uma produção de conhecimento que caminha na contramão daquilo que Castro-Gomez (2007) definiu como uma *hybris* do ponto zero, o modelo epistêmico da modernidade do

qual o olhar colonial sobre o mundo é tributário. A *hybris* do ponto zero descreve um paradigma fundamentado na concepção de que o conhecimento tem um caráter universal - válido para todos, em todo lugar e em toda época - e se produz a partir de um ponto de observação neutro que é o que permite ao observador alcançar esse conhecimento em toda sua verdade e autenticidade, livre de qualquer dúvida (Dias, 2020, p. 52).

Sobre os aspectos operacionais os critérios de inclusão para participação na pesquisa foram: ser mulher, maior de 18 anos, autodeclarada negra e pertencente à comunidade quilombola Serra do Evaristo. A respeito da quantidade de participantes deste estudo, optamos, como critério de definição, a saturação teórica. Definida como momento da pesquisa em que nos dados qualitativos reunidos já não surjam elementos novos e que todas as perguntas e conceitos estejam bem desenvolvidos, a saturação teórica é o instante da pesquisa em que não surgem novas informações, categorias ou temas, podendo encerrar a fase de coleta de dados. Assim, “fechamento amostral por saturação teórica corresponde à suspensão da inclusão de participantes quando os dados passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição” (Ribeiro et al., 2018, p. 4). O ponto de saturação teórica deste estudo ocorreu após nove entrevistas.

Apresento, então, minhas interlocutoras com nomes fictícios a fim de preservar o sigilo. Os nomes fictícios escolhidos tratam-se de diferentes comunidades quilombolas:

**Tabela 1**

*Nomes fictícios das entrevistadas e suas respectivas idades*

Nome	Idade
Nazaré	Não respondeu
Mandira	45 anos
Estrela	21 anos
Maria Rosa	35 anos

Dandara dos Palmares	58 anos
Conceição	Não respondeu
Cristininha	28 anos
Vó Rita	38 anos
Santana	40 anos

*Nota.* Tabela com os nomes fictícios das participantes da pesquisa e suas respectivas idades.

### **Análise**

A análise dos sentidos deste estudo foi realizada sob a óptica da Análise Crítica do Discurso. A ACD é um tipo de investigação analítico discursiva que estuda o modo como o abuso de poder, a dominação e as desigualdades são representadas, disseminadas, legitimadas e reproduzidas por meio de textos orais e escritos no contexto sociopolítico (Van Dijk, 2008). Os principais fundamentos da ACD, de acordo com Fairclough e Wodak (1997) são: a ACD deve abordar problemas sociais; relações de poder são discursivas; o discurso constitui a sociedade e a cultura, é histórico, ideológico e uma prática social; a ACD é interpretativa e explanatória e a relação entre texto e discurso é mediada.

Para justificar a escolha da ACD neste estudo trago uma frase do pesquisador Van Dijk (2008, p. 134) “o discurso reside no coração do racismo”. Se precisamos compreender, situando socialmente e historicamente marcadores de opressão, tais como o racismo e o sexismo, igualmente necessitamos perceber que eles são aprendidos e reproduzidos por meio das diferentes manifestações discursivas. Dito de outra maneira, se os marcadores de opressão são aprendidos e disseminados pelo discurso, o inverso também é verdadeiro e o caminho para a compreensão e mudança dessa realidade encontra sentido pelo discurso, desde que ele obedeça aos fundamentos citados pela ACD e que caminham lado a lado com os objetivos desta pesquisa (Van Dijk, 2008).

No que diz respeito ao processo de análise das entrevistas, nos guiaremos pela estrutura analítica de Fairclough e Melo (2012) em “Análise crítica do discurso como método em pesquisa

social científica”. No trabalho supracitado, os autores propõem uma estrutura para guiar a elaboração de uma Análise Crítica do Discurso que serviu de referência para construção do construído percorrido neste estudo. A fim de facilitar o processo de leitura e compreensão dos achados desta pesquisa, apresento a seguir o caminho trilhado: iniciamos dando ênfase a um problema social e, imediatamente, identificamos obstáculos para que esse problema seja resolvido, pela análise da rede de práticas no qual está inserido - a comunidade quilombola; observamos as relações entre a produção de significados presentes nos discursos com outros elementos dentro das práticas particulares da comunidade e/ou de atividades atribuídas a mulheres e do discurso em si. Por fim, identificamos as maneiras possíveis para superar os obstáculos e concluímos o processo realizando uma reflexão crítica dele.

As entrevistas realizadas foram transcritas na íntegra e, a partir da leitura delas e com base nos objetivos deste estudo foram elaboradas categorias analíticas para nortear o processo de análise crítica da produção de sentidos e dos discursos das mulheres. Para isso, foi utilizado o software de análise qualitativa Atlas ti. No quadro a seguir apresento as categorias analíticas utilizadas, o que foi considerado em cada uma delas e a frequência em que foram identificadas no discurso das participantes do estudo:

**Tabela 2**

*Categorias analíticas elaboradas*

<b>Categoria</b>	<b>Identificação</b>	<b>N.</b>
A. Experiências individuais de racismo	Experiências de racismo vividas pelas entrevistadas	13
B. Experiências individuais de sexismo	Experiências de sexismo vividas pelas entrevistadas	6
C. Situações de racismo (externas e/ou coletivas)	Experiências de racismo vividas pelos quilombolas de maneira coletiva	12
D. Situações de sexismo (externas e/ou coletivas)	Experiências de racismo vividas pelos quilombolas de maneira coletiva	4

E. Concepção de racismo	O que, para a entrevistada, é o racismo	2
F. Concepção de sexismo	O que, para a entrevistada, é o sexismo	0
G. Responsabilidades atribuídas a mulheres	Atividades que são entendidas ou colocadas como responsabilidade das mulheres	8
H. Estratégias de enfrentamento/resistência	Discursos referentes a estratégias de enfrentamento e/ou resistência às situações de opressão impostas às entrevistadas	20
I. Atividades/ações protetivas	Atividades realizadas que tenham efeito de autocuidado, cuidado e proteção individualmente ou coletivamente	12
J. Significados acerca do "ser quilombola"	O que, para as entrevistadas, significa ser quilombola	10
K. Significados acerca do que é "ser uma mulher negra"	O que, para as entrevistadas, significa ser uma mulher negra	5
L. Luta quilombola	Lutas referentes a resistência quilombola	10
M. Atividades realizadas na comunidade	Atividades diversas realizadas na comunidade	12
N. Práticas tradicionais	Práticas consideradas tradicionais para as quilombolas	10
O. Situações de Adoecimento	Situações de adoecimento físicas e/ou mentais abordadas durante as entrevistas	9
P. Racismo relacionado aos quilombolas	Situações de racismo diretamente vinculadas ao fato de serem mulheres quilombolas	10

*Nota.* Tabela com os nomes das categorias de análise do estudo, suas descrições e a quantidade de vezes que foram identificadas nas entrevistas.

### **Uma história escrita por dez mulheres negras**

“Uma história feita por mãos negras” é o título de um dos livros mais bonitos que já li. Organizado por Ratts (2006), a obra pertence a Maria Beatriz Nascimento, historiadora, professora, roteirista, poeta e ativista pelos direitos humanos de negros e mulheres brasileiras. A escolha desse título se deu por questões simbólicas: eu, mulher negra de pele clara, fui ao território de irmãs de ancestralidade, conversamos, e juntas, eu e as nove mulheres, tornamos possível contar esta história.

Essa história é sobre a intersecção de dois problemas de ordem (não só, mas também) social e sobre os processos de resistência a eles. Por se tratar de uma história contada por mulheres

negras, este estudo é uma dentre as várias práticas de resistência existentes, pois como aponta Van Dijk (2008), costumeiramente, são as elites simbólicas com seus acessos privilegiados aos discursos públicos, que controlam a reprodução discursiva de dominação da sociedade. Nesse sentido, o autor destaca que o discurso é uma prática social dada em uma situação social, cultural, histórica ou política. Peço licença a Van Dijk (2008) para, neste caso, excluir a partícula “ou” e entender que a situação da qual tratamos é social, cultural, história e política simultaneamente. Buscamos, neste momento, responder à seguinte pergunta (e objetivo geral deste estudo): De que forma o cruzamento entre racismo e sexismo como práticas autoritárias incidem na experiência de vida e de (re)existência de mulheres negras quilombolas?

Para responder esta pergunta, conheci a história de vida de cada uma das participantes deste estudo por meio de suas narrativas e a partir daquilo que foi considerado relevante elas. Reforço aqui o uso das entrevistas narrativas autobiográficas atravessadas pelo significado dado por cada mulher a cada situação contada. Nesse mesmo sentido, a análise foi realizada de forma contextual e buscando, nos discursos enunciados marcados pelas emoções, experiências ou situações consideradas marcantes pelas entrevistas (Freitas & Galvão, 2007). Dessa maneira, comecei todas as conversas pedindo que as mulheres se apresentassem de maneira aberta, levando em conta o que, para elas, era importante que eu soubesse naquele momento. Alguns pontos merecem destaque. Na maior parte dos discursos nesse primeiro momento as mulheres deram ênfase aos seus nomes, idade e a alguma informação referente à comunidade, como o tempo em que moram no quilombo ou qual atividade desempenham no local:

Meu nome é Mandira. É nasci aqui, mas morei uma temporada fora e acabei retornando, né? Pra Terra onde eu nasci. Tenho 45 anos. Trabalho aqui na escola, como cozinheira. Auxiliar de cozinha, né? Enfim é isso. (Mandira, 45 anos)

Os mesmos pontos surgiram na conversa com a Vó Rita (38 anos):

Bom, eu me chamo Vó Rita. Tenho 38 anos, sou casada, mãe de um filho, sou agricultora, sou casada há 13 anos. E eu moro aqui no Quilombo desde que nasci, eu nasci aqui. E eu vivo na comunidade, sou monitor de batismo... É, sou associada à associação local, né? Participo também junto com algumas mulheres de um grupo de medicina natural, né? E é basicamente isso a minha vida, a minha vida aqui é toda pautada para a comunidade, não é? Apesar da vida de agricultura de dono de casa, não é de muitas tarefas, mas eu tenho uma vida social bastante movimentada na comunidade. (Vó Rita, 38 anos)

Parte dessa descrição de si resulta da relação que as mulheres negras quilombolas têm com o território em que habitam. Silva & Souza (2021) apontam que a compreensão de qual é o lugar que o território ocupa na vida de uma mulher quilombola é fundamental para o processo de construção de subjetividades e dos processos de resistência vivenciados por essas mulheres.

Sobre este processo de construção de subjetividades, Foucault (2010) afirma que o sujeito é construído por práticas, espaços e saberes historicamente situados. O tornar-se sujeito é um processo atravessado pela soma das experiências vividas, experiências estas que são mediadas por relações de poder, como nas situações de racismo e/ou sexismo às quais são submetidas essas mulheres. Das nove entrevistadas, três afirmaram nunca terem sido vítimas daquilo que uma delas nomeou de “racismo puro” (*sic*), entretanto, trouxe, na sua fala, exemplos de situações que ela nomeou de “indiferença (...) por conta de cor e de classe social” (*sic*)

Eu nunca sofri, tipo nenhuma, nenhuma apreensão, nunca, só quando, é no início, quando eu era mais novinha eu fui estudar na em Baturité, colégio de irmãs e lá sempre foi tipo, tinha pessoas de alto patamar que era filho de advogado, e eu era bolsista e lembro-me uma vez que eu não foi nem, tipo, racismo puro, mas tipo indiferença, né? Por conta de tanto de cor como de classe social mesmo, porque eu não era filha de advogado, e nem era filha de médico, mas eu senti uma indiferença. (Cristininha, 28 anos)

Fredrich et al. (2022) apontam que a negação da vivência de racismo está relacionada com a própria noção geral de racismo como sinônimo de violência, ofensa ou segregação explícita sem, portanto, compreender que a questão racial opera de forma estrutural e sistemática. Essa ideia foi confirmada pelo discurso da interlocutora ao responder o que seria ser vítima do chamado

Racismo Puro:

Tipo, é posso explicar. É sofrer algum tipo de retaliação por ser negra, tipo assim, “ai tu é negra, não gosto de você, tal, do seu cabelo eu nunca sofri isso não, mas só uma indiferença assim. (Cristininha, 28 anos)

Além disso, a negação da vivência de racismo também pode surgir como uma estratégia de defesa e minimização de sofrimento pela percepção de si como alvo da discriminação racial (Fredrich et al. 2022). Ideia que surgiu na fala de Estrela (21 anos):

Não, graças a Deus, eu nunca cheguei a passar assim... preconceito, preconceito, mas... Por onde a gente passa, a gente da Serra tem que deixar uma coisinha, né, pessoal? Tem um preconceito, um racismo, só que eu não deixo nada me atingir, chegou até a mim, é me olhou com com um olhar feio de ai tu é de onde, não sei o quê, não sei o quê...Pessoal do evaristo, não, eu corto logo, não tem esse de chegar até a mim. E vim com essa história de não. Eu corto logo, vou logo falando do lugar do fim mesmo. Mas eu não deixo nada me atingir, nada atingir minha cor, nada atinge minha história e é isso.

Ainda no que diz respeito à percepção de vivência do racismo, trago a história de Nazaré (44 anos): mulher, negra, quilombola. Nunca morou fora da comunidade, saindo da mesma esporadicamente para Baturité para fazer compras ou ir a algum médico que não atende na comunidade. Nazaré refere nunca ter sido vítima “daquilo”, “disso daí” (sic), mas relata que, normalmente, quando vai a cidade, escuta comentários como “olha lá a negra do Evaristo” (sic). Ao falar disso ela completa:

(...) eu me sinto, eu tenho orgulho, eu tenho muito orgulho de ser e me identifico muito bem como negra e todo o canto que eu chego se for para mim, me apresentar e o teu orgulho de me apresentar como negra. (Nazaré, 44 anos)

Trago a história de Nazaré para incluir um ponto na conversa sobre a percepção do racismo: o lugar do “ser quilombola” neste marcador de opressão. A princípio havia incluído três categorias diretamente relacionadas à questão racial: a categoria A- Experiências individuais de racismo; C- Situações de racismo (externas e/ou coletivas) e E- Concepção de racismo, entretanto, durante o processo de categorização, percebemos que parte considerável das situações de racismo vividas pelas mulheres estava relacionada, direta ou indiretamente, ao fato de serem mulheres quilombolas, tornando necessária a inclusão de mais uma categoria: P- Racismo relacionado aos quilombolas. Esse aspecto se expressa nas falas de Maria Rosa (35 anos) e Dandara dos Palmares (58 anos):

A gente tem que lutar por aquilo que a gente tem direito e sempre nós somos chamados na cidade. É o Mabote negro, é os nego do Evaristo. Lá vem os negros zoadento. São essas forma que a gente ... que a gente é chamado, né? A minha filha, por exemplo, ela estuda na Escola Pública (EP) de Baturité, um dia desse ela chegou para mim, ela disse, mãe, eu fiquei tão triste, mãe, eu estava na sala, aí as meninas ficaram tudo assim, olham para mim. Aí eu escutei algumas coisas, elas falam assim sobre negro, sobre negro é ou negra metida, porque ela, quando ela não concorda, ela se expressa (Maria Rosa, 35 anos).

(...) Saía daqui para Baturité, para Fortaleza, de uma carrada em uma carrada, então, até mesmo porque na época nós não tinha, não tinha transporte nosso, mas nós ia a pé (...) Eu não tenho nem palavras assim, né? E chegava lá, você encontra na prefeitura, você sabendo que a comunidade estava sofrendo, o povo passando necessidade, você chegava na prefeitura, você chegava lá, o prefeito, aquela administração, tudo chamando, o pessoal dizia logo assim lá e vem os negros do Evaristo. Quando nó ia, pra rua o povo dizia “eita

que os negros do Evaristo tão lá na praça”. Olha, minha filha, isso, isso doía demais.

Muito, muito mesmo, viu? (Dandara dos Palmares, 58 anos).

Dealdina (2021) destaca que os quilombolas resistem há séculos à violência racial do Estado brasileiro. A autora afirma que, segundo o relatório Racismo e violência contra os quilombos no Brasil, houve um aumento de 350% nos assassinatos de quilombolas e o Estado tem sido negligente neste cenário ao não apurar a responsabilidade dos crimes ocorridos, a negligência evidente nos, extremamente burocráticos, processos de titulação das terras e a vulnerabilidade da comunidade negra à violência policial. Além disso, há diferentes formas de experienciar o racismo a depender de diversas questões como o tom da pele, o gênero e a classe, reforçando a necessidade de uma compreensão interseccional dos sistemas de opressão. Acrescento a essas observações um trecho do relatório citado por Dealdina (2021):

Gênero, raça e classe, para ficar com ao menos três marcadores sociais importantes, estruturam as relações socioespaciais no Brasil. O processo de criminalização, ataques, ameaças, atos violentos e assassinatos presente nos quilombos possui relação direta com sua defesa e com a garantia de permanência no território. Defender seu espaço e seu modo de vida são ações historicamente negadas às e aos quilombolas, dentre outras razões, pela estrutura fundiária existente no país, consolidada ao longo da exclusão racista no acesso à terra e pela ausência de reparação ao povo negro pelos mais de 300 anos de escravidão (Terra de Direitos & Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas [CONAQ], 2018, p. 30).

Em suma, comunidades quilombolas e, conseqüentemente, mulheres quilombolas, são alvos diretos do racismo e dos seus desdobramentos, colocando-as em situações de vulnerabilidade e exigindo delas a capacidade de resistir apesar de ter a dor como máxima. No caso de mulheres negras quilombolas predomina a narrativa de que “tudo suportam e a tudo resistem” (Almeida, 2022, p. 78), sendo, portanto, mais uma forma de violência contra essas

mulheres já que nega até mesmo o direito de sofrer, de sentir os impactos causados pelos diferentes marcadores de opressão. Ressalte-se que mulheres negras quilombolas vivenciam junto ao racismo experiências bem marcadas pelo sexismo, como se percebe na fala de Maria Rosa (35 anos):

Que a mulher tinha que estar em casa no horário para colocar comida, pra dar roupa quando fosse tomar banho e esperar quando chegasse pro trabalho. O meu pai é assim, meu pai é desse jeito, meu pai, a minha mãe tem que dar a roupa dele, tem que colocar a comida dele, se não... Se ela não estiver em casa, tem que ir uma das filhas para fazer isso, porque isso aí já foi um costume deles, né? De infância dele, que via dos pais e foram repassar e... mas graças a Deus a gente vem avançando, graças a Deus. (...) e muitas vezes a gente se deparava com mulheres que na conversa, ela contava um pouco do depoimento de casa. Como era a vivência de casa, né, que o seu trabalho era somente dentro de casa, na atividade rural e não tinha nenhuma liberdade, não vivia a sua vida, vivia para os outros, né? E a gente sofre com isso. Eu, enquanto mulher, sofri muito com isso aí, ainda vivo, sofrendo hoje, porque quando uma mulher sofre a gente passa a participar daqueles sofrimento e a gente sofre junto.

O discurso de Maria Rosa a respeito do sexismo nos leva a pensar sobre como o sexismo pode interferir diretamente nos direitos humanos fundamentais das mulheres por meio de diferentes tipos de violência. Uma em cada três mulheres no Brasil já sofreu algum tipo de violência por parte de um homem e o Brasil país está entre os 10 países em diversos índices de violência contra a mulher: feminicídio, violência doméstica, estupro, assédio sexual, assédio moral entre outros (Waiselfisz, 2015, 2016). Dito de outra maneira, mulheres não estão seguras em nenhum local, nem mesmo dentro de suas próprias casas, afinal, são os parceiros/maridos/familiares os responsáveis por 80% dos casos de violência contra a mulher (Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos [NOPPE], 2010).

É importante destacar que existem diferentes formas de violência contra a mulher:

violência física, entendida como qualquer ato de agressão física; violência psicológica: condutas que causam danos emocional e/ou diminuição da autoestima e que vise controlar as ações, comportamentos e/ou as decisões da mulher; violência sexual: conduta que obrigue a mulher a presenciar, manter ou participar de uma relação sexual mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; violência patrimonial: retenção, subtração e destruição total ou parcial de objetos e violência moral: condutas que configurem calúnia, difamação ou injúria (Zanello, 2022). Uma das interlocutoras trouxe um exemplo de violência psicológica:

(...) eu conheço todo mundo e eu percebo, eu percebo que tem mulher que ainda é presa, não é por outra coisa, não, é porque o marido, o marido ainda oprime. Se tiver um encontro lá em Baturité, o homem “não vai. Não, não vai, não”. Minha filha, porque eu já vi assim, sei lá, fatos, tu não gostei, a gente ia para o encontro do partido dos trabalhadores. E o homem chegou com falta de respeito, tirou a mulher assim, do carro, “desça que você não vai”. (Dandara dos Palmares, 58 anos)

Apesar de trazer a compreensão no que diz respeito à existência do sexismo, Dandara dos Palmares, em outro momento relata que:

O lugar da mulher, minha filha, eu acredito que é onde ela, aonde ela quiser estar, né. Se ela disser que eu quero, tá ali, é que que ninguém venha retirar, né? Que alguém venha excluir a mulher, não. O espaço dela é onde ela quiser, ela, ela faz, ela faz tudo porque a mulher. Ela faz tudo o que ela é mais ativa. Eu tirei aqui pelo aqui na minha casa mesmo, de dentro da minha casa. Aqui tem meu marido, tem meus 3 filhos. Mas se não for eu pra dar fé em uma coisa, né? Eu penso assim, assim, tá precisando fazer isso é? Indicando sempre o que se pode fazer dentro de uma casa, né? E o homem mesmo, né? Nem da própria saúde ele não olha, não. Se cuida. E a mulher além de querer ela se cuidar, ela ainda fica motivando “Fulano, tu vai pro médico!”. Ela, a mulher, ela é muito experiente.

Ela tem muito experiência, não é à toa que ela sabe onde está tudo aqui em casa quando os menino “mãe, cadê ... a mãe? Sabe onde é que está aí isso, aquilo” eu digo “sei menino, ó”, eu vou buscar, né? Um documento é assim, eu penso que a mulher ... eu sei que ainda tem umas que não são libertada, que elas não são libertada aqui no próprio Quilombo.

(Dandara dos Palmares, 58 anos)

Este discurso de Dandara demonstra o caráter estrutural do sexismo na sociedade: ele não violenta apenas de maneira explícita, mas também de forma silenciosa ao determinar que é a mulher quem tem a responsabilidade direta de cuidar da casa, dos filhos, da saúde e até do próprio marido. bell hooks (2019) aponta que o sexismo institucionalizado age como um sistema social que protege a sexualidade de homens negros na mesma medida que legitima o lugar de opressão em que são colocadas as mulheres.

Além disso, elas são ensinadas, desde criança, a ocupar o lugar do cuidado; são ensinadas que a coisa mais importante na vida de uma mulher é ter um homem - e ser escolhida por ele - e que ela precisa cuidar para não perdê-lo jamais (Veiga & Zanello, 2020), não à toa quando uma mulher decide ocupar espaços de trabalho fora do ambiente doméstico, costuma ser questionada pelo pai e/ou marido, como no caso de Maria Rosa (35 anos):

A minha dificuldade maior é sobre a questão realmente de ser mulher. Porque sabemos que hoje, por mais que a gente tenta ver essa questão da igualdade. Mas, infelizmente, muitas vezes a gente trava um pouco. Eles tentam travar a gente, eu posso ... posso te dizer até um exemplo, meu próprio eu sou auxiliar de serviços gerais aqui. Meu marido é... eu comecei a fazer o técnico de enfermagem, né? Aí meu marido uma vez me disse assim, Maria Rosa, o que é que tu ainda quer mais? tu já saiu do sindicato e agora está atrapalhando aqui pertinho de casa? Porque o trabalho é bom e agora tu quer trabalhar fora de casa? O que é que tu quer mais para ti? Eu disse, olha, eu vivo não me acostumando

com mesmice, eu sempre quero renovar e se eu tenho força para me seguir, deixa eu seguir.

Abordar a questão do trabalho no contexto de mulheres negras quilombolas exige a compreensão de que essas mulheres têm sido as guardiãs da tradição cultural afro-brasileira, do sagrado, das sementes medicinais, da preservação do natural e da garantia de direitos (Dealdina, 2021). Dito de outra maneira, diversas atividades de extrema relevância para o quilombo são entendidas como atribuições dadas às mulheres e isso foi evidenciado no discurso de boa parte das interlocutoras, como se pode observar nos fragmentos a seguir:

E eu vivo na comunidade, sou monitora de batismo... É, sou associada à associação local, né? Participo também junto com algumas mulheres de um grupo de medicina natural, né? E é basicamente isso a minha vida, a minha vida aqui é toda pautada para a comunidade, não é? Apesar da vida de agricultura de dono de casa, não é de muitas tarefa, mas eu tenho uma vida social bastante movimentada na comunidade (...) A farmácia viva não é existente aqui já há 24 anos, né? Foi formado por um grupo de mulheres, com parceiros, amigo da gente, não é? E que a gente iniciou com o bioenergético, que era um trabalho feito através da energia. (Vó Rita, 38 anos)

Eu passei a minha vida inteira trabalhando na agricultura. Iniciei praticamente desde a infância porque os meus pais não tinham uma outra fonte de renda. A renda era do trabalho rural e como não existia nenhuma renda, nós, como os filhos, era a que tinha que ajudar. (...) foi no ano de 2012 eu passei a fazer parte do movimento sindical. É ... tava na Secretaria de mulheres depois passei a trabalhar com benefícios sociais, trabalhava com benefício rural, passei 8 anos trabalhando no sindicato rural, né? A gente tinha esse diálogo diretamente, também mais com mulheres, né? Homens também, mas mais ainda com mulheres que a gente trabalhava com capacitações, com parceria com o Senar. (Maria Rosa, 35 anos)

(...) e sou associada na associação, participo de todos os eventos da comunidade e sou muito presente nas coisas da comunidade (Nazaré, 44 anos).

Foi assim a minha adolescência é, então, depois dos quando eu estava com 14 anos eu comecei, né, a ingressar na vida comunitária, né. (Dandara dos Palmares, 58 anos)

São as mulheres as responsáveis por guardar, cuidar e repassar os costumes e tradições.

São elas que, em boa parte dos momentos, estão envolvidas nos processos de luta pelos direitos da comunidade sendo, assim, os maiores alvos do Estado (Dealdina, 2021). As mulheres ocupam muitos dos espaços de trabalho dentro da comunidade e têm sido dessa maneira historicamente: mulheres negras sempre tiveram seus corpos e suas forças de trabalho exploradas, fato ignorado pelo feminismo tradicional por muito tempo.

A história do feminismo é atravessada pela reprodução de violências contra mulheres negras, reforçando a necessidade de se compreender como se estruturam os processos de opressão de maneira interseccional. Recordo-me do dia em que, lendo o livro “E eu não sou uma mulher?”, deparei-me com a seguinte frase de hooks (2020, p. 35) “no momento de meu nascimento, dois fatores determinaram meu destino, o fato de eu ter nascido negra e o fato de ter nascido mulher”. Este foi o segundo livro a respeito do Feminismo Negro que li – o primeiro foi “A mística feminina” da Friedan (1971). O abismo que separa essas duas leituras foi determinante para a escolha do Feminismo Negro como postura teórica para este estudo.

O livro de Friedan (1971) ainda é apontado por muitos como o precursor do feminismo, que, etimologicamente falando, trata-se de um movimento que luta contra a violência de gênero e pela igualdade de direito e de condições das mulheres na sociedade. Entretanto, de que mulheres Friedan fala em seu livro? “A mística feminina”, em concordância com uma teoria feminista hegemônica e eurocêntrica, aponta para as reivindicações de um seleto grupo de mulheres brancas de classes média e alta, que precisavam, urgentemente, se desvencilhar da obrigação de terem suas vidas resumidas ao casamento, aos filhos e à casa e que desejam lutar pelas suas carreiras, pelo

direito ao trabalho – trata-se de um pensamento unidimensional e hegemônico do feminismo que contribui para a opressão da maior parte das mulheres: as que estavam preocupadas com a discriminação étnico-racial, com sua integridade física e com sua sobrevivência econômica (hooks, 2020). Pensamento este, que, como bem desenha Carneiro (2011, p. 326), não serve a mulheres negras:

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto.

No Brasil o feminismo teve início no século XIX com o que chamamos de primeira onda, momento no qual as reivindicações eram voltadas a questões como direito ao voto e ao trabalho. A segunda onda, marcada pela ditadura militar, reivindicou a valorização do trabalho da mulher e lutou contra a violência sexual. Iniciada na década de 1990, a terceira onda, que tem como principal referência a teórica Judith Butler, procura reler, colocar em pauta as discussões antigas do feminismo compreendendo que existem sobreposições nos marcadores de opressão que precisam ser entendidos pelo movimento (Ribeiro, 2018). E foi somente na terceira onda do feminismo que surgiu o feminismo negro com a compreensão de que precisamos ter outro olhar para mulheres negras. O feminismo negro é, então, uma das saídas das estruturas de opressão comuns ao Brasil.

Almeida (2022), em seu livro “Devir Quilomba”, ao analisar a questão do feminismo na trajetória da mulher negra, resume a “questão do feminismo negro” com uma metáfora. A autora entende que, a princípio, a palavra “negro” nos discursos do movimento antirracista era sinônimo

de “homem” e a palavra “mulher” no discurso feminista era sinônimo de “mulher branca”. Nesse contexto, as categorias “mulher negra” e “Feminismo Negro” entram na dimensão política à medida que favorecem a problematização da tripla opressão vivida por esse grupo. Dito de outra maneira, pensar sobre o feminismo deve, necessariamente, se tratar de pensar sobre política e pensar sobre feminismo negro é pensar projetos democráticos, e este é um dos compromissos deste estudo (Ribeiro, 2018).

À guisa de conclusão deste primeiro momento de conversa, trago alguns achados referentes a como o racismo e sexismo interferem nas experiências de vida de mulheres negras quilombolas:

- Mulheres negras quilombolas sentem os efeitos de, no mínimo, três marcadores de opressão simultaneamente: racismo referente a comunidades quilombolas; racismo; sexismo;
- Situações de racismo especificamente referentes ao ser quilombola foram comuns nos discursos das interlocutoras. Das 9 entrevistadas, 7 citaram alguma situação direta ou indireta deste tipo de racismo;
- As vivências de racismo deixam marcas na autoestima e lembranças que ficam como marcas de violência na história dessas mulheres;
- São responsáveis por grande parte do trabalho de cuidado, manutenção e propagação das práticas tradicionais e outras atividades comunitárias que mantêm e lutam pelos direitos da comunidade quilombola;
- O sexismo é um marcador que ataca de maneira incisiva dentro das próprias casas, seguindo o padrão identificado na população geral;
- A vivência do racismo é mais sutil e menos identificada nas mulheres que nunca moraram fora da comunidade, apontando para a comunidade como um espaço seguro e de cuidado no que diz respeito à identificação racial.

**Toda mulher negra é um Quilombo: eu vou falar de nós ganhando, porque falar de nós perdendo eles já falam**

O título dessa seção, escolhido a partir da fala do Nego Bispo (Antônio Bispo dos Santos, 2023) e de Selma dos Santos Dealdina (2021), resume todas as páginas do meu diário de campo, como no trecho a seguir (J. M. Lima, comunicação pessoal, 02 de outubro de 2023)<sup>1</sup>:

Cheguei na comunidade. Fui recebida pelo abraço casa da mãe do Ítalo<sup>2</sup>, meu amigo que me recebeu na comunidade. Lembrei imediatamente da minha mãe. Mainha quando eu recebia amigos tratava de garantir as pizzas do jantar e a bicama para que minhas coleguinhas de escola pudessem dormir. Essa pesquisa tem muitos significados para mim, mas um deles com certeza é descobrir quais são os caminhos da resistência.

Concluí, ao longo dos dias na comunidade, que os caminhos da resistência foram todos abertos por mulheres. Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, Maria Aranha, Akotirene (2019), cada uma das interlocutoras deste estudo, vovó, mainha. Sempre achei a fala do Nego Bispo belíssima, mas só entendi o que ela significava quando parei para ler o meu diário de campo: não redigi nada sobre os processos de racismo e de sexismo. Talvez eu já tenha subido ao quilombo imaginando o que ia ouvir no que diz respeito à opressão. Está escancarado para todo mundo ver. Possivelmente eu estava ansiosa pelo quarto objetivo específico deste estudo, que é muito caro para uma pesquisadora mulher negra: compreender como as mulheres negras quilombolas significam e articulam os processos de (re)existência diante dessas categorias de opressão em suas semelhanças e/ou diferenças.

Tem uma parede tão linda na comunidade! Quando a vi, emocionei-me porque pensei que poderiam existir tantas histórias! Primeiro cogitei perguntar a alguma das lideranças, depois percebi que talvez, ainda que tenha uma história específica, meu inconsciente

---

<sup>1</sup> Diário de Campo de Juliana Murta de Lima, do dia 02 de outubro de 2023, referente à prática da pesquisadora no território.

<sup>2</sup> Nome fictício atribuído pela pesquisadora a uma das pessoas próximas no território.

queria mesmo era atribuir um significado por dia para aquela imagem, mas todos os significados iriam apontar para os processos de resistência. No final do dia, realmente não perguntei nada sobre a imagem (J. M. Lima, comunicação pessoal, 02 de outubro de 2023)<sup>3</sup>.

### Figura 1

*Pintura em uma parede da comunidade*



*Nota.* A imagem mostra a pintura de uma mulher negra carregando uma bacia de bananas na cabeça, presente na parede de uma das casas do quilombo. Fonte: Registro pessoal da pesquisadora.

Durante o processo de categorização das entrevistas, percebemos que, para as interlocutoras, é difícil, talvez impossível, falar sobre luta quilombola e racismo relacionado ao quilombo sem falar de resistência - em muitos momentos no processo de análise dos discursos essas três categorias apareciam simultaneamente em uma única fala:

(...) é que só que a gente sofria muito. Para hoje, ver quem nós somos, né? Porque não, não foi brincadeira a gente enfrentar naquele tempo aqui as dificuldades da nossa comunidade, que era uma comunidade desprezada, né? Nós não tinha estrada. A nossa estrada era carroçal, mas muito ruim. Quando adoecia uma pessoa precisava levar na rede. Quando morria, uma pessoa era na rede, quando uma mulher ia ganhar neném que não dava certo

---

<sup>3</sup> Diário de Campo de Juliana Murta de Lima, do dia 02 de outubro de 2023, referente à prática da pesquisadora no território.

aqui porque a gente aqui tinha uma parteira, tinha uma parteira aqui muito boa, aliás 2, muito boa, e as mães aquele tempo elas tinham os filhos delas tudo aqui em casa. Minha mãe teve tudo em casa, né? Minhas irmã também, eu não, eu já fui para a maternidade e aí a luta era grande. No inverno, minha filha de Deus! No inverno era ruim até para os animais e a gente lutou por essa, por este calçamento... Por esse calçamento, mas foi uma luta muito séria com a gente, né? Outras conquistas que a gente tem aqui tudo foram na base da luta, não foi vindo de graça não, né? E tudo era a gente que ia lá. A gente se acampava. Tem um tempo aqui de muita, de que as pessoas ... tinham muita gente passando necessidade. A gente ia a Fortaleza, quantas noites nós não dormia lá no cambéba, na secretaria de agricultura em Fortaleza, em busca de trabalho para o povo aqui. Ah, meu Deus do céu, quantas caminhadas nós não demos, né? E a gente foi mesmo a luta mesmo, viu? E foi quando ... só continuando a minha história, foi quando a nossa comunidade foi reconhecida, né? Como Quilombo que a gente foi ver mesmo que a gente era quilombola. Era um território que já tinha vindo pessoas daqui já com 300 anos.

(Dandara dos Palmares, 58 anos)

Após a conversa com Dandara, rabisquei no meu diário de campo coisas como “meu pai vai adorar essa história” e “Como ela conseguiu? Acho que na dissertação preciso escrever sobre isso”. Fui atravessada por muitos afetos. Papai, homem negro, consciente - até demais - da questão racial do país realmente teria gostado de conversar com a dona Dandara dos Palmares e era curioso como, ainda que nada do que aquela senhora me contava tivesse a ver com a história de mainha, acabava me recordando dela em momentos específicos como quando me levou à emergência hospitalar um dia e só sossegou quando eu fui prontamente atendida. Conversando com Dandara também entendi o que, de fato, significa a oralidade.

Além de ser uma atividade de produção, circulação e recepção de linguagem, a oralidade tem funções sociais distintas como a comunicação de conhecimentos tradicionais referentes às

ações comuns do dia a dia da comunidade, a preservação de práticas culturais, sendo também fundamental no processo de construção e preservação da memória social e histórica da comunidade (Costa & Fonseca, 2019). Ademais, na cosmovisão africana, autores como Bâ (1982), e Costa e Fonseca (2019) apontam que a oralidade é uma maneira de “ver, ouvir, cheirar, saborear e tocar a própria fala” (Bâ, 1982, p. 170). Desse modo, a oralidade é, sozinha, uma estratégia de resistência, cuidado e proteção à memória transformadora para mulheres negras quilombolas. Soares (2021, p. 523) destaca que:

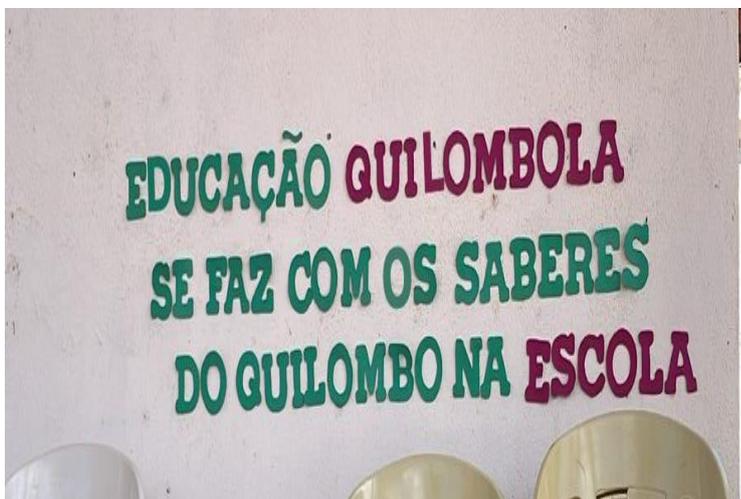
Falar das resistências e lutas de mulheres quilombolas no Brasil de hoje não se realiza sem um rasgo no peito, sem uma ousadia em olhar para trás e ver, como nos ensina Lélia Gonzalez (2018), que a memória traz à tona o que a consciência esconde. Não se efetiva sem essa dialética que rompe por dentro um presente e faz aflorar uma memória que não cabe mais em um passado escondido no limbo da história.

No seu estudo, intitulado “Territórios insurgentes: a tessitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas” a autora foca nas estratégias de resistência elaboradas pelas mulheres, tais como: fortalecimento da coletividade, da ancestralidade, o cuidado com a memória do povo, o retorno frequente à sua história de modo a evitar repetições, além de práticas contracoloniais e contracapitalistas.

No que diz respeito ao cuidado com a memória do povo e o retorno frequente à história como modo de evitar repetições, destaco a escola da comunidade: a Osório Julião. Fui até lá para realizar a entrevista com Mandira (45 anos). Fiz alguns registros fotográficos do interior da escola e vou utilizá-los para falar sobre a memória do povo e o retorno à história como estratégias de resistência:

**Figura 2**

*Pintura em uma parede da escola Osório Julião*



*Nota.* A imagem mostra uma frase presente em uma das paredes da escola Osório Julião, com as palavras: “Educação quilombola se faz com os saberes do quilombo na escola”. Fonte: Registro pessoal da pesquisadora.

Na contramão do ensino colonial, colada na parede logo diante da entrada da escola, a frase “Educação Quilombola se faz com os saberes do quilombo na escola” indica que aquele é um espaço de resistência, tradição e cuidado. Dito de outra maneira, ter, na comunidade, uma escola quilombola é estratégia de resistência fundamental, simbólica e fruto daquilo que Abdias Nascimento nomeou de Quilombismo. Nessa perspectiva, durante o governo da única presidenta mulher da história do Brasil, Dilma Rousseff, foram criadas, a partir da luta do Movimento Negro Unificado (MNU), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola no ano de 2012. Estas diretrizes determinam que a Educação Escolar Quilombola seja desenvolvida em escolas inseridas no próprio território, baseada na cultura de seus ancestrais, com uma pedagogia própria e de acordo com a especificidade étnico-cultural de cada comunidade, reconhecendo-a e valorizando-a (Brasil, 2013). Essa é uma maneira de garantir um espaço seguro para o desenvolvimento e produção de subjetividades sem o uso da violência nos espaços de educação.

Fortalecendo a ideia da escola quilombola como estratégia de resistência, nas outras paredes do pátio da Osório Julião, fotos de diferentes referências negras marcam presença naquele território que evidencia seu compromisso com a história e a memória do povo quilombola.

### Figura 3

*Posters pendurados na parede da escola Osório Julião em alusão a personalidades negras*



*Nota.* Posters que resgatam a memória de Dandara dos Palmares, Zumbi dos Palmares, Martin Luther King e Nelson Mandela, na parede da escola. Fonte: Registro pessoal da pesquisadora.

Ressalte-se que este lugar da memória como estratégia de resistência foi identificado no discurso de uma das interlocutoras:

(...) eu era uma menina que sempre fui da luta, da vivência comunitária (...) trabalhando sempre a cultura, né? A gente não pode perder porque somos uma comunidade tradicional, com suas culturas, com as nossas religiosidades, né? Com... sempre preservando, preservando a memória dos nossos ancestrais. A história que a gente iniciou desde criança que antes tinha o nosso povo mais velhos, nossos ancestrais que sofreram muito, que eles nem sabiam, né? Mas hoje não estão mais no nosso meio, mas a gente preserva a memória deles, traz por meio da comunidade mesmo. é durante o ano. A gente trabalha sempre. Encontro com é dando atenção. Nossos guardiões da memória, que ainda estão vivos. Eu porque eles construíram a história, né, e deixaram para nós (...) Se não fosse assim, seria uma comunidade que não tem história, que não tem cultura, que não tem tradição. Seria uma comunidade morta. (Dandara dos Palmares, 58 anos)

Além disso, a própria existência da escola Osório Julião é fruto do processo de resistência segundo a interlocutora Dandara (58 anos):

Foi muita luta, minha filha para nós, para a gente resistir isso aqui, viu? Mas nós não saíamos, não é tão resistente de um jeito, menino (...) aí foi assim que a gente conseguiu, conseguiu aquela escola ... é porque na, é com a nossa luta.

A coletividade, prática de resistência apontada por Soares (2021) foi evidenciada no discurso de Dandara. A interlocutora relatou diversas experiências de luta nas quais a coletividade foi fundamental para o processo de conquista dos direitos do povo da comunidade:

Então, nesse tempo a gente foi edificando mais ainda a nossa ... a nossa luta, né? A nossa resistência de comunidade, porque nós não sabia que toda aquela resistência, toda aquela luta que a gente tinha, a gente já, a gente era essa comunidade que a gente é hoje.

Quilombolas, né? Nós não sabíamos, né? Porque antes os nossos pais sofreram muito.

Nossos ancestrais sofreram muito, muito, né? Mas nunca se libertaram. Quem já foi se libertar foi nós, né? Mas, por conta do que surgiu nas comunidades eclesiais de base, era uns ajudando os outros. Organizados, a gente se organizava, e tudo isso foi mudando, foi mudando o nosso meio de vida da comunidade, né? Então quando foi em oitenta e oito, eu me casei aí, mas aí eu continuei na vida comunitária, nunca saí, né? Nunca saí não. Ganhei 3 filhos, mas nunca me afastei da comunidade. Quando foi em noventa e quatro, eu comecei já a participar da luta política, sempre fui uma mulher da política, né? (Dandara dos Palmares, 58 anos)

Outra prática não só de resistência, mas de autocuidado, trazida pelas mulheres da comunidade foi a Dança de São Gonçalo. Silva e Souza (2021) referem que a dança é uma manifestação cultural de resistência, cuidado e luta quilombola pela garantia da terra e do território, o acesso à saúde e à educação. A celebração conta com cânticos e danças que juntas configuram um ritual tradicional sagrado à comunidade. Sobre a dança:

(...) os nossos aqui dança é tanto que as nossas celebrações, elas são muito, são muito animadas, né? porque os nossos cânticos são muito alegres, né? A gente tem uma programação, uma celebração toda voltada pra alegria mesmo né? Pra espiritualidade, mas também pra alegria, os nossos cânticos todo mundo se balança, todo mundo se balança, quase ninguém fica parado. Só quem de fato não quer dançar mesmo. Mas é o povo que dança porque gosta muito, né? (Vó Rita, 38 anos)

Há uma outra coisa que eu vejo na nossa comunidade, né? Enquanto enquanto resistência também são esses grupos que ainda são ativos, né? Tenho aqui a dança de São Gonçalo, que é um grupo de mulheres que faz essa apresentação, né? E esse grupo de mulheres já aprendeu dos seus pais, dos seus avós, então são tradições que vai, que está passando, né? De geração em geração, a gente tem também um grupo de jovens que, de vez em quando, né, tem uma quedazinha. O jovem não quer participar, mas aí os outros que tomaram de frente vai visitar aquele jovem vai empolgando aquele jovem a participar. Existe essa dinâmica e a gente tem também um grupo, tem uma associação e tem um grupo muito bom, um grupo muito bom de associados que ainda a gente consegue se reunir uma vez por mês. Né? Na, aqui, no nosso salão. Salão próprio da associação e a gente consegue discutir nesse meio problemas da nossa comunidade, né? Hoje a nossa comunidade participa também de eventos, né? Em Baturité, né? (Maria Rosa, 35 anos)

A Dança São Gonçalo! A minha mãe, a minha mãe aprendeu com ela, minha vó. A minha mãe ficou, aprendeu e ficou dançando. Aí minha avó parou, o teve que parar minha avó porque também ficou velhinha, né? A minha mãe continuou e depois de um tempo veio pra mim, aí eu comecei a dançar depois. (Santana, 40 anos)

A Dança de São Gonçalo foi citada por quase todas as interlocutoras. Santana e Maria Rosa destacam o aspecto da dança de ser uma atividade tradicional passada de geração a geração. Ela configura estratégia de cuidado, de resistência e de luta quilombola.

Outra atividade tradicional com aspecto curativo, protetor e que surgiu como estratégia de resistência foi o cultivo da Farmácia Viva.

(...) a farmácia viva não é existente aqui já há 24 anos, né? Foi formado por um grupo de mulheres, com parceiros, amigo da gente, não é? E que a gente iniciou com o bioenergético, que era um trabalho feito através da energia. Não é só que devido seu trabalho feito através de energia né, física e psíquica também né. O trabalho em si, através desse, desse... desse tratamento que era feito com uma varinha de metal que identificava cada parte do corpo da pessoa que estava doente. É como ele dependia de muita energia, algumas mulheres adoeceram e a gente parou, parou com esse método. Mas o tratamento à base de remédios de chás continua até hoje, né? E eu já participei da formação de alguns cursos, né? Para me capacitar através dessa área. E que ficou um legado muito bom. Hoje em dia, o meu trabalho na farmácia alternativa é mais como... divulgação, né? Eu sei do trabalho das meninas, mas a minha parte é mais na parte de divulgar os remédios, né? O que que temos para que serve, né? E o meu trabalho é mais é esse e graças a Deus, é um trabalho muito aceito na comunidade, nas comunidades vizinha e na praticamente no Brasil inteiro, porque tem pessoas que pedem, né de longe que pede os remédios e assim eu me sinto muito feliz de participar desse grupo. A gente tem um horto aqui. Aquele quintal da associação do ponto de cultura tem o hortozinho lá e. Sou muito feliz. (Vó Rita, 38 anos)

A Farmácia Viva, ou Farmácia Comunitária como também é chamada, é comandada por uma das lideranças locais e Mestre da Cultura. Todos os produtos da farmácia são produzidos por mulheres e a partir de ingredientes encontrados no bioma da comunidade. A farmácia funciona na comunidade há anos e é parte da prática tradicional já tendo curado diversos tipos de adoecimentos sendo, portanto, estratégia não só de resistência, mas de cuidado entre os membros da comunidade. Sobre a farmácia, Dandara dos Palmares relata:

Eu também, ainda junto com um grupo, uma coordenação e ainda há experiência com os remédios Caseiros, né? que na época que eu era criança, minha mãe, outras mães já cuidava dos filhos com os remédios Caseiros, e confesso que naquele tempo. Foram muitas curas através das ervas, né? Eu junto com o meu grupo. Né? Um grupo de 5, nós somos 5 pessoas, estamos. Valorizando, preservando essa cultura, né? É tanto que aí ao redor tem as plantinhas que eu preservo ela demais e zelo, né? Temos o canteiro lá embaixo, temos o espaço da saúde alternativa lá. Não sei se você já passou lá. É logo na sua chegada, lá ali, quando vocês chegaram, nós temos uma, entendeu? é eu sou uma dá ... eu sou a coordenadora do grupo, porque. Eu fui, eu saí mas, saí mais em 1996 a gente começou esse grupo aqui, né? Na Na, na época eram as senhoras, tudo. Da minha idade mais velho que eu. Mas elas não continuaram e eu fiquei e eu fiquei aí já... Já tá hoje no grupo as pessoas mais novas, né? Que que estão no, no, nesse grupo, dizer que Ela é uma pastoral existente na comunidade, que já tem curado muita gente. Muita gente já tem se curado através do chá, do xarope e de outras, de outras, é uma espécie de garrafas, de garrafadas que a gente faz aqui, viu? Então, é, é uma cultura viva, graças a Deus. (Dandara dos Palmares, 58 anos)

Dandara destacou que a farmácia produz pomada para dores musculares, varizes, dentre outros males. Durante a entrevista, a interlocutora chamou-me para mostrar a farmácia, apresentou suas plantas e contou que a pomada por ela citada era feita a partir da mistura entre aroeira, cânfora e parafina. À medida que ia contando sobre a farmácia ela ressaltou que foram aqueles remédios que curavam os casos da COVID-19 da comunidade: “minha filha, na covid quase acabam minhas plantinhas, mas não perdemos ninguém. Só um que precisou descer pra rede”<sup>4</sup> (*sic*). Este foi um dos momentos em que vi a interlocutora mais emocionada.

---

<sup>4</sup> “Descer pra rede” se refere a descer da Serra do Evaristo para a sede, Baturité, para ter acesso a algum serviço de saúde da rede SUS.

À guisa de conclusão deste segundo momento de conversa, trago um quadro com todas as estratégias de resistência pontuadas pelas mulheres em ordem decrescente - da mais citada a menos citada:

**Tabela 3**

*Estratégias de resistência pontuadas pelas mulheres*

<b>Estratégia de Resistência</b>	<b>Quantidade de mulheres entrevistadas que fizeram referência a prática</b>
Dança de São Gonçalo	7
Viver em comunidade	6
Práticas Tradicionais (sem citar)	4
Escola de Educação Quilombola	4
Farmácia Viva	4
Trabalho na Comunidade	3
Dançar músicas Afro	1

*Nota.* Tabela com as estratégias de resistência citadas nas entrevistas e a quantidade de vezes que elas surgiram durante as conversas.

Encerro essa conversa com a fala final de Dandara dos Palmares na nossa entrevista. Toda a fala reforça o lugar de cuidado, de luta quilombola, de afeto e de resistência. Quando estávamos terminando pedi que ela utilizasse o último momento para falar de qualquer assunto, como ela estava se sentindo, algo sobre o quilombo, enfim, pedi que ela falasse livremente. Eis a resposta de Dandara:

Minha filha, vou lhe contar o que ainda quero. O que eu ainda quero é, é, é a nossa, é, é a nossa escola feita aqui para o nosso Quilombo. É o ensino médio, sendo na própria comunidade, tendo em vista que no inverno desce o ônibus com nossos alunos e aqui vindo aqui, diz Ah, “meu deus, a mãe se preocupa a mãe se preocupa com”... eu digo “Meu filho, me preocupo com os filhos dos outros”, o meu, não, os meus já são, já fizeram faculdade, estão fazendo ainda, mas eu me preocupo com os filhos dos outros que descem,

aí essa ladeira, você vê que tudo é alto demais. E eu me preocupo. Então são esses 2 sonhos, né? E a nossa saúde mais voltada para o povo, que melhorou, já melhorou, mas precisa melhorar mais, melhorar mais ainda a nossa saúde, porque aqui a demanda de famílias é grande e eu quero muito, né? Mas primeiro a nossa escola, dentro dos padrões que nós ... que nós queremos, né? Eu sei que é difícil, tá? Mas não pode ser impossível, né? Não é impossível. E também os nossos, né? O nosso as nossas autoridades também é. é tendo ... é retorno, né? De que eles ganham aqueles tiram. Tem deles que tira muito voto. Quando a gente apoia a liderança que apoia, né? Muitas famílias vão por nós, vão por nós e a gente quer também que a administração, ela também se volte mais para nós, principalmente na estrada, porque aqui ele é um ponto turístico, né? Que sempre a gente recebe visitas. Quantas visitas nós não recebemos no ano, minha filha? Demais demais, mesmo e sem uma estrada, sem uma estrada boa, Nós não, nós não é. Nós não vamos ter muita gente porque tem gente que tem muito medo de subir a sua ladeira de ônibus e tudo, né, aí estamos aí na luta pelo asfalto, né? O asfalto. Eu fui uma que já fui lá no governador, fui no governador, ele já está por frente de tudo isso aí, junto com um vereador daqui de Baturité, que está fazendo a ponte nossa e com eles e nós também. OK, que não é só ele, não, porque a gente nem fica só esperando, não vem não, né? Quando a gente quer, a gente vai, vai à luta, né? O segundo é ver o nosso, o nossos nós temos mais de 20 aluno na UNILAB se formando, né? Que eu tenho um que está terminando antropólogo, né? E eu quero muito que aqui a gente tem um museu, né? Comunitário o meu filho se forme, tem ele uma colega dele daqui, né? Que trabalhava na escavação. Ele na época da escavação. Eles trabalharam, estão estudando, né? Então começando a fazer o TCC então também quero, né? Que este fique por aqui. Trabalhando aqui mesmo. Enfim, vê e também quero ver também o nosso Quilombo mais florestado, com com com mais planta, viu? Porque pra ver se as águas retornam porque tinha poças de água que tinha muito lá para o lado do

insular de acolá tinha secou por conta do desmatamento, uhum. E é tudo isso que eu quero juntando aqui a bagagem juntando aqui a bagagem todinha. Eu. Eu quero muito isso aí, viu? Mas levando em conta a nossa escola. (Dandara dos Palmares, 58 anos)

### **Agora é hora de juntar as partes e pensar no depois**

A tarefa de realizar uma Análise Crítica do Discurso passa por algumas etapas.

Escolhemos aqui, como explanado anteriormente, o caminho trilhado por Fairclough e Melo (2012): iniciamos dando ênfase aos marcadores de racismo e sexismo direcionados a mulheres negras quilombolas como problemas sociais centrais, em seguida, identificamos, pela análise da rede de práticas na qual está inserido – a comunidade quilombola – alguns dos obstáculos para que esse problema seja resolvido, tais como o fato de serem marcadores de opressão estruturais da nossa sociedade e fortalecidos pelo colonialismo. No momento posterior, abordamos as relações entre a produção de significados presentes nos discursos com outros elementos dentro das práticas particulares da comunidade e/ou de atividades atribuídas a mulheres, através da análise do discurso das entrevistas transcritas. Também é importante lembrar que já iniciamos o processo de identificação das diferentes formas possíveis de superação destes obstáculos quando analisamos as estratégias de resistência adotadas pelas mulheres diante dos marcadores de opressão. Agora vamos concluir o processo de análise realizando uma reflexão crítica sobre o conteúdo tratado para pensarmos em caminhos futuros de cuidado e proteção a esse povo que vem sendo, há séculos, violentado.

Construir soluções para dismantelar o racismo e o sexismo direcionado a mulheres negras quilombolas nos leva a buscar estratégias de mudança na estrutura do país. Precisamos defender políticas públicas que deslegitimem a violência de Estado realizada diariamente contra a população, negra, quilombola, contra mulheres e contra mulheres negras quilombolas (entendendo

as especificidades que estas carregam). Desse modo, é imperativo nos colocarmos na direção de estratégias que tenham o poder de movimentar, ainda que aos poucos, a estrutura marcada pelo autoritarismo/racismo/sexismo brasileiro.

Questões estruturais precisam de soluções que tenham o poder de realizar intervenções nos processos de produção de subjetividades, nos processos de ensino e aprendizagem do povo, ou seja, questões estruturais exigem medidas que tenham como ponto de partida a educação, adotada desde a base e em todas as fases do ensino, que atue como uma prática de liberdade (hooks, 2017). Para isso, em um país em que a situação de atividade e condição de estudo dos jovens está fortemente ligada ao gênero e a raça (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022), é preciso pensar na elaboração de ações afirmativas de incentivo a educação e de permanência nas instituições de ensino a fim de diminuir os índices de desigualdade racial e de gênero.

Antes de abordarmos especificamente as propostas referentes à educação, reporto-me aos dados da última Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2022) onde, dos cerca de 10,9 milhões de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam e não estavam ocupados no Brasil, as mulheres de cor ou raça preta ou parda representavam 4,7 milhões (43,3%), enquanto as brancas formavam menos da metade, 2,2 milhões (20,1%), totalizando 6,9 milhões de mulheres ou 63,4 % dos jovens que não estudam e que não estão ocupados. Os 3,9 milhões de jovens restantes nessa situação eram compostos por 2,7 milhões de homens pretos ou pardos (24,3%) e por 1,2 milhão de homens brancos (11,4%). Se mulheres negras não têm acesso e condições mínimas para permanência na educação, não conseguem chegar ao mercado de trabalho, tampouco em universidades ou espaços de poder de decisões políticas. Além das questões óbvias de desigualdade, neste modelo, as leis, políticas e decisões relevantes ao Estado estão sempre nas mãos de homens brancos que, certamente, não estão interessados em abrir mão dos privilégios da branquitude<sup>5</sup> (Bento, 2022).

---

<sup>5</sup> Cida Bento elucida o conceito branquitude como um fenômeno relacionado à manutenção dos privilégios brancos. Ele possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”.

Voltando a propostas de mudanças na educação, partiremos, junto de Gomes (2017) na obra “O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”, do entendimento de que precisamos ter no ensino escolar brasileiro a produção e reprodução de saberes emancipatórios sobre a questão racial do Brasil e sobre como este país foi formado a partir de invasões, roubos e etnocídios. Precisamos de uma educação contextualizada, que transmita para às nossas crianças e adolescentes a história do país como ela realmente é e suas consequências para a atualidade, descolonizando os currículos.

Neste sentido, existem dois instrumentos legais, a Lei nº 10.639 (2003) e a Lei nº 11.645 (2008), que instituíram a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, e o estudo das relações étnico-raciais no Brasil, entretanto, o modo como essas leis são colocadas em prática ainda consiste numa leitura baseada na colonialidade. Diante dessa situação, Oliveira e Brindeiro (2019) afirmam que, para que as leis sejam efetivamente obedecidas, é preciso que os docentes recebam a formação necessária e que os livros didáticos sejam reformulados, o que ainda não aconteceu.

Ainda sobre a educação, é preciso que o Estado invista corretamente na construção e manutenção de Escolas Quilombolas, a exemplo da Osório Julião, pois, como evidenciado nos discursos das mulheres, estas escolas são espaços potentes de resistência, de manutenção da memória e de cuidado com a cultura e com a história quilombola.

No que diz respeito às especificidades de mulheres quilombolas, de acordo com a 2ª Edição do Relatório “Racismo e violência contra quilombos no Brasil” (Terra de Direitos & CONAQ, 2023), são condições preliminares para o cuidado e a retirada dessas mulheres de espaços de violência e subalternidade: a elaboração e manutenção de medidas governamentais que garantam a proteção de mulheres quilombolas, tais como a fiscalização do cumprimento das leis que protegem a mulher e a aproximação dos equipamentos de cuidado e proteção dos territórios. Dito de outra maneira, se cabe à Defensoria Pública estar à disposição do povo, não é justo que

parte da população precise se deslocar por estradas de terra, de madrugada, para tentar acessar o equipamento e, por vezes, não conseguir.

Além disso, precisamos de medidas efetivas de combate a crimes violentos cometidos contra quilombolas e que sejam realizadas medidas de prevenção por meio de proteção e fiscalização dos territórios quilombolas. É preciso garantir o direito ao território! É preciso garantir continuidade e celeridade na titulação desses territórios (Terra de Direitos & CONAQ, 2023).

Este estudo não buscou, e nem poderia esgotar tudo o que precisa ser pensado no que diz respeito ao racismo e ao sexismo que afetam as mulheres quilombolas. Na verdade, este é um ponto inicial para pensarmos e construirmos uma ciência racializada e ciente da necessidade de uma discussão sobre gênero que objective, continuamente, existir e resistir na sociedade a partir de sua identidade, de seu espaço e de sua ancestralidade. Esperamos contribuir para abertura de espaços e embasar a elaboração de políticas e estratégias de proteção para essas mulheres a partir daquilo que elas consideram necessário e relevante. Este estudo foi, na verdade, um convite ao conhecimento concebido em diálogo com suas fontes legítimas e, sobretudo, à luta quilombola.

### **Considerações Finais**

Para aquelas de nós que vivem na beirada/ encarando os gumes constantes da decisão crucial e solitária/ para aquelas de nós que não podem se dar ao luxo/ dos sonhos passageiros da escolha/ que amam na soleira vindo e indo/ nas horas entre as alvoradas olhando no íntimo e pra fora/ simultaneamente antes e depois/ buscando um agora que possa procriar/ futuros como pão na boca de nossas crianças/ pra que os sonhos delas não reflitam/ a morte dos nossos; Para aquelas de nós/ que foram marcadas pelo medo/ como uma linha tênue no meio de nossas testas/ aprendendo a ter medo com o leite de nossas mães/ pois por essa arma/ essa ilusão de alguma segurança vindoura/ os marchantes esperavam nos calar. Pra todas nós/ este instante e esta glória. Não esperavam que sobrevivêssemos. E quando o sol nasce nós temos medo/ele pode não durar/ quando o sol

se põe nós temos medo/ ele pode não nascer pela manhã/ quando estamos de barriga cheia nós temos medo/ de indigestão/ quando nossos estômagos estão vazios nós temos medo nós podemos nunca mais comer novamente/ quando somos amadas nós temos medo o amor vai acabar/ quando estamos sozinhas nós temos medo/ o amor nunca vai voltar e quando falamos nós temos medo/ nossas palavras não serão ouvidas/ nem bem-vindas mas quando estamos em silêncio/ nós ainda temos medo. Então é melhor falar/ tendo em mente que/ não esperavam que sobrevivêssemos. (Lorde, 1997, p 255).

Esperavam que não sobrevivêssemos, mas seguimos sobrevivendo. A construção dessa dissertação foi um ato de sobrevivência e resistência. Resistência ao epistemicídio, ao racismo, ao sexismo e à violência contra comunidades quilombolas. Este processo refletiu um conjunto de demandas políticas, pessoais, profissionais e metodológicas as quais procuraram refletir a necessidade de transformar uma realidade regida pelo autoritarismo à brasileira marcado pelo colonialismo e pela colonialidade manifestos em processos psicossociais atravessados por diferentes tipos de violência que só poderiam resultar em extermínio e desigualdade social.

Este foi o primeiro estudo acadêmico feito por mim onde consegui, o tempo inteiro, situar onde estava a Juliana neste processo de trabalho e ela, digo, eu, não estava em outro lugar senão ao lado das interlocutoras e sendo atravessada pelos objetos de pesquisa. Esse percurso é parte da compreensão de que fazer ciência deve ser um processo ético-político e de que isso não é possível sob uma suposta neutralidade. Além disso, reafirmamos o compromisso de que a ciência deve responder a reivindicações históricas a partir de uma análise global, inclusiva e complexa, evitando manter a produção científica nas mãos de uma minoria que se mantém no poder.

O estudo apresentado buscou tecer reflexões sobre as bases dos marcadores de opressão de raça e gênero e como eles interferem na experiência de vida e resistência de mulheres negras quilombolas sob ótica das mulheres da comunidade quilombola da Serra do Evaristo. Enfatizamos aspectos ligados às experiências que surgiram nas suas narrativas a partir daquilo que as interlocutoras julgaram necessário e relevante contar.

Como este estudo foi dividido em diferentes momentos, vamos agora retornar a cada um deles para fazer considerações acerca daquilo que foi produzido. Na primeira seção, buscamos identificar e discutir como e porque racismo e sexismo são marcadores de opressão de base e prática autoritária. Neste estudo tratamos da história do país e dos processos de violência os quais a comunidade negra vivenciou desde a época da escravização aos dias de hoje. Foi neste momento também que lembramos de algumas das nossas crianças negras que foram assassinadas a sangue frio – este estudo é também sobre e para vocês, sobre e para as suas mães.

O segundo estudo buscou compreender como esses marcadores interferem especificamente na vida da comunidade negra quilombola. Ficou evidente que a situação das comunidades é ainda mais grave por negar, por vezes, o acesso a equipamentos de saúde de qualidade e ao próprio atendimento universal oferecido pelo SUS. Compreendemos também como a questão territorial pode surgir como reforço de uma violência ao negar não só espaço físico, mas espaço simbólico à comunidade.

Por fim, no terceiro estudo, entendemos as especificidades das mulheres da Serra do Evaristo: como os marcadores influenciam nas suas vidas e quais foram as estratégias de resistência, de afeto, de cuidado e de pulsão de vida por elas adotadas. Este momento foi simbólico por ter sido construído coletivamente, afinal, foi dos discursos das interlocutoras que o estudo partiu e caminhou até o fim.

Avaliamos que os objetivos da pesquisa e dissertação foram alcançados com êxito, tanto o geral como os específicos, contribuindo, firmado numa visão e prática participativa, para o desmantelamento de uma ciência branca e eurocêntrica e na luta por mais mulheres negras em espaços de produção científica e na academia.

## Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial.
- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Letramento.
- Almeida, S. L. (2019). *Racismo Estrutural*. Pólen.
- Almeida, M. (2022). *Devir Quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. Elefante.
- Amorim, A. K. F., Barbosa, L. H. G. M., Vione, K. C., Ferreira, O. D. L., Mariano, T. E., & Silva, F. L. (2021). Preconceitos que se Cruzam: A Relação entre o Racismo, Sexismo e Valores. *Psico-USF*, 26(2), 253-263.  
<https://doi.org/10.1590/1413-82712021260205>
- Antônio Bispo dos Santos [@rocadequilombo]. (2023, 02 de dezembro). “*Eu vou falar de nós ganhando. Porque pra falar de nós perdendo eles já falam*”. [Vídeo]. Instagram.  
[https://www.instagram.com/reel/C0WuAEm00NL/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=ZTcxMWMzOWQ1OA==](https://www.instagram.com/reel/C0WuAEm00NL/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=ZTcxMWMzOWQ1OA==)
- Bâ, A. H. (1982). A tradição viva. In J. Ki-Zerbo (Org.), *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África* (2a ed.). UNESCO.  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345975/mod\\_forum/intro/hampate\\_ba\\_tradicao%20viva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345975/mod_forum/intro/hampate_ba_tradicao%20viva.pdf)
- Beauvoir, S. (2014). *O segundo sexo* (S. Milliet Trad.). Nova Fronteira.
- Barbeiro, A., & Machado, C. (2010). Violência institucional e privação dos direitos humanos. In C. Machado (Org.), *Novas formas de vitimação criminal* (pp. 237-276). Psiquilíbrios.
- Bastos, J. L., & Faerstein, E. (2012). *Discriminação e Saúde: Perspectivas e Métodos*. Fiocruz.

Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2017). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático*. Vozes.

Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.

Bonfim, J. B. (2002). *A fome que não sai no jornal: o discurso da mídia sobre a fome*. Plano.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. (2013). Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. In J. Moll (Org.), *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica* (pp. 6-79). MEC, SEB, DICEI. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Divisão de Bibliotecas do Ministério da Saúde. (2022). Saúde da população negra (Boletim temático da biblioteca do Ministério da Saúde). *Biblioteca Virtual em Saúde – Ministério da Saúde*, 2(11), 1-30. [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/boletim\\_tematico/populacao\\_negra\\_novembro\\_2022.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/boletim_tematico/populacao_negra_novembro_2022.pdf)

Brasil resgata 2 mil trabalhadores em condição de escravidão no primeiro semestre de 2023. (2023, 06 de setembro). *CartaCapital*. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-resgata-2-mil-trabalhadores-em-condicao-de-escravidao-no-primeiro-semester-de-2023/>

Carneiro, S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. [Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo].

Repositório Institucional da Universidade de São Paulo.

<https://repositorio.usp.br/item/001465832>

- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro.
- Carvalho, G. P. de. (2022). Pensamento pós-colonial, gênero e poder em María Lugones: multiplicidade ontológica e multiculturalismo. *Transformação*, 45, 311-338.  
<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.16.p311>
- Castro-Gómez, S. (2005). *La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustracion en la Nueva Granada (1750-1816)*. Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Castro-Gómez, S. (2007). "Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes". In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.), *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (2020). *Atlas da Violência 2020*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.  
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>
- Cerqueira, D., Ferreira, H., & Bueno, S. (2021). *Atlas da Violência 2021*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.  
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>
- Clandinin, D. J., & Connelly, F. M. (2015). *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa (2a ed.)*. EDUFU.
- Coelho, L. (2020, 19 de maio). João Pedro, 14 anos, morre durante ação policial no Rio, e família fica horas sem saber seu paradeiro. *El País*.  
<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-19/jovem-de-14-anos-e-morto->

[durante-acao-policial-no-rio-e-familia-fica-horas-sem-saber-seu-paradeiro.html](#)

Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo Editorial.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Presidência da República.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Corpo de menina atingida por bala perdida dentro de casa no RJ é enterrado. (2020, 11 de janeiro). *G1 Rio*.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/11/corpo-de-menina-atingida-por-bala-perdida-dentro-de-casa-no-rj-e-velado.ghtml>

Costa, R. R. da S., & Fonseca, A. B. (2019). O Processo educativo do Jongo no Quilombo Machadinho: oralidade, saber da experiência e identidade. *Educação & Sociedade*, 40, 1-17.

<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019182040>

Creswell, J. (2014). *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens* (S. M. da Rosa Trad.). Penso.

Cruz, T. A. (2010). Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. *Estudos Feministas*, 18(3), 913-925.

<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300016>

Dealdina, S. S. (2021). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas* (Cap. 2, pp. 25-44). Jandaíra.

Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003. (2003). Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Presidência da República.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)

De Lauretis, T. (1994). “A tecnologia de gênero”. In H. B. de Holanda (Org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*, 206-242. Rocco.

Delgado, R., & Stefancic, J. (2021). *Teoria Crítica da Raça: uma introdução*.

Contracorrente.

Dias, B. S. N. (2020). América Latina por uma Epistemologia Decolonial da Comunicação. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, 19(38), 46-74.

<https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.170987>

Durand, M. K., & Heidemann, I. T. S. B. (2020). Mulheres Quilombolas e o Itinerário de Pesquisa de Paulo Freire. *Texto & Contexto Enfermagem*, 29, 1-14.

<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0270>

Fairclough, N., & Melo, I. F. de. (2012). Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, 25(2), 307-329.

<https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>

Fairclough, N., & Wodak, R. (1997). Critical Discourse Analysis. In T. Van Dijk (Ed.), *Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction* (2a ed., pp. 258-284). Sage.

Fernandes, E. T. B. S., Ferreira, S. L., Ferreira, C. S. B., & Santos, E. A. (2020).

Autonomia na saúde reprodutiva de mulheres quilombolas e fatores associados. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(4), 1-6.

<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0786>

Fernandes, S. L., Galindo, D. C. G., & Valencia, L. P. (2020). Identidade

Quilombola: Atuações no Cotidiano de Mulheres Quilombolas no Agreste de

Alagoas. *Psicologia em Estudo*, 25, 1-15.

<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45031>

Fernandes, E. T. B. S., Ferreira, S. L., Ferreira, C. S. B., & Cardoso, V. B. (2021).

Condições de vida de mulheres quilombolas e o alcance da autonomia reprodutiva. *Escola Anna Nery*, 25(2), 1-9.

<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0147>

Ferreira, M. R. D. S., Eiterer, C. L., & Miranda, A. A. (2020). Raça e Gênero na

Construção de Trajetórias de Mulheres Quilombolas. *Estudos Feministas*, 28(3), 1-13.

<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n363121>

Ferreira, G., & Queiroz, M. (2018). A trajetória da Teoria Crítica da Raça: história,

conceitos e reflexões para pensar o Brasil. *Teoria Jurídica Contemporânea*, 3(1), 201-229.

<https://doi.org/10.21875/tjc.v3i1.18291>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *17º Anuário Brasileiro de Segurança*

*Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de*

*France (1977-1978)*. Martins Fontes.

Foucault, M. (2010). *Em defesa da sociedade* (M. E. Galvão Trad.). WMF Martins

Fontes.

Fraser, N. (2022). *Cannibal capitalism: how our system is devouring democracy, care,*

*and the planet – and what we can do about it*. Verso.

Fredrich, V. C. R., Santos, H. L. P. C. dos., Rocha, T. de P., & Sanches, L. da C.

(2022). Percepção de racismo vivenciado por estudantes negros em cursos de Medicina no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. *Interface* -



hooks, b. (2020). *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Rosa dos Tempos.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022*.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

<https://ifz.org.br/wp-content/uploads/2023/03/IBGE-2022-Sintese-de-Indicadores-Sociais-uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populacao-brasileira.pdf>

Instrução Normativa n.º 49, de 29 de Setembro de 2008 (2008). Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Presidência da República.

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca\\_alimentar/doc/instrucoesnormativas/2008/PCT%20Instrucao%20Normativa%20no%2049-%20de%2029%20de%20setembro%20de%202008.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/doc/instrucoesnormativas/2008/PCT%20Instrucao%20Normativa%20no%2049-%20de%2029%20de%20setembro%20de%202008.pdf)

Kilomba, G. (2020). *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano* (J. Oliveira Trad.). Cobogó.

Kroef, R. F. S., Gavillon, P. Q., & Ramm, L. V. (2020). Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 464-480.

<http://dx.doi.org/10.12957/epp.2020.52579>

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (2003). Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da

temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Presidência da República.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (2008). Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Presidência da República.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)

Lorde, A. (1997). A Litany for survival. *The Collected Poetry of Audre Lorde*. W. W. Norton, p. 255. The Black Unicorn.

Lugones, M. (2007). Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*, 22(1), 186-219.

<https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2007.tb01156.x>

Lugones, M. (2008). Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, 9, 73-101.

<https://doi.org/10.25058/20112742.340>

Maia, B. S. R., & Melo, V. D. S. (2020). A colonialidade do poder e suas subjetividades.

*Teoria e Cultura*, 15(2), 231-242. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2020.v15.30132>

Marcelo D2. (2018, 16 de setembro). *Alto da Colina*. [Vídeo]. Youtube.

<https://www.youtube.com/watch?v=ByWqca9cTAc>

Marques, G. C. M., Ferreira, S. L., Dias, A. C. S., Pereira, C. O. J., Fernandes, E. T. B. S., & Lacerda, F. K. L. (2022). Transmissão intergeracional entre mães e filhas quilombolas: autonomia reprodutiva e fatores intervenientes. *Texto & Contexto Enfermagem*, 31, 1-14.

<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0684>

- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica* (3a ed.). N-1 Edições.
- Meirelles, R. (2021). *Racismo no Brasil* [Slides de Powerpoint]. Instituto Locomotiva.  
<https://storage.googleapis.com/br-apps-site-institucional-cs-prod-001/2022/09/dc2c14a9-pesquisa-racismo-brasil.pdf>
- Mignolo, W. D. (2017). COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 32(94), 1-18.  
<https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- Mignolo, W. D. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Caderno de Letras da UFF*, 34, 287-324.  
[http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf)
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14a ed.). Hucitec.
- Montero, M. (2006). *Hacer para Transformar: El Método en la Psicología Comunitaria*. Paidós.
- Moreira, A. (2019). *Racismo Recreativo*. Pólen.
- Nascimento, A. (2009). Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In E. L. Nascimento (Org.), *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Selo Negro.
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Perspectivas.
- Nascimento, A. (1982). *O Negro Revoltado*. Nova Fronteira.
- Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos. (2010, agosto). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado* [Slides]. Sites Fundação Perseu Abramo.  
[https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/pesquisaintegra\\_0.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/pesquisaintegra_0.pdf)

- Oliveira, Y. M. C., & Brindeiro, F. O. S. (2019). *As leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e o ensino de geografia: desafios na formação e prática do professor* [Apresentação em artigo]. VI Congresso Nacional de Educação, Fortaleza, CE, Brasil.
- <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59233>
- Organização das Nações Unidas Mulheres. (2017). *Mulheres quilombolas: liderança e resistência para combater a invisibilidade* [Entrevista].
- <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-quilombolas-lideranca-e-resistencia-para-combater-a-invisibilidade/>
- Parker, L., & Roberts, L. (2015). Teoria Crítica da Raça e seu uso na pesquisa em Ciências Sociais. In B. Somekh & C. Lewin (Orgs.), *Teoria e Métodos de Pesquisa Social* (pp. 121-130). Vozes Limitada.
- Pereira, A. S., Allegretti, M., & Magalhães, L. (2022). “Nós, mulheres quilombolas, sabemos a dor uma da outra”: uma investigação sobre sororidade e ocupação. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30, 1-20.
- <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO254033181>
- Perez, F., & Neves, R. (2023, 11 de agosto). RJ: 48% das crianças e adolescentes baleados são atingidos em ação policial. *UOL*.
- <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/11/criancas-baleadas-rio-de-janeiro-levantamento-fogo-cruzado.htm>
- Pope, C., & Mays, N. (2005). *Pesquisa Qualitativa na Atenção à Saúde* (2a ed.). Artmed.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 227-278). CLACSO.
- Quijano, A. (2009). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder* (Cap. 26, pp. 861-920). CLACSO.

- Quijano, A. (2009a). “Las paradojas de la colonial/modernidad eurocentrada” (A la memoria de Andre Gunder Frank). *Hueso Húmero*, 53.
- Ratts, A. (2006). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Imprensa Oficial do Estado de SP.
- Ravagnoli, N. C. S. R. (2018). A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. *O Especialista*, 39(3), 1-14.  
<https://doi.org/10.23925/2318-7115.2018v39i3a2>
- Reis, D. S. (2022). A Colonialidade do Saber: Perspectivas descoloniais para repensar a univers(al)idade. *Educação e Sociedade*, 43, 1-12.  
<https://doi.org/10.1590/ES.240967>
- Reis, D. S. (2020). Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. *Educar Em Revista*, 36, 1-20.  
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.75102>
- Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996 (1996). Regulamenta diretrizes e normas para pesquisas envolvendo seres humanos. Presidência da República.  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html)
- Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (2012). Atualiza a resolução 196 que trata de pesquisas envolvendo seres humanos. Presidência da República.  
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras.
- Ribeiro, J., Souza, F. N., & Lobão, C. (2018). Editorial: Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados? *Pesquisa Qualitativa*, 6(10), 3-7.  
<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/213>

Riscado, J. L. S., Oliveira, M. A. B., & Brito, Â. M. B. B. (2010). Vivenciando o racismo e a violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/AIDS em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. *Saúde e Sociedade, 19*(2), 96-108.

<https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000600010>

Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem, 20*(2), 5-6.

<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio M. P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa* (5a ed.). Penso.

Santos, A. N. S., & Nascimento, E. R. (2019). Proposições de cuidado cultural à enfermagem frente a aspectos da saúde reprodutiva de mulheres quilombolas. *Revista Baiana de Enfermagem, 33*, 1-15.

<https://doi.org/10.18471/rbe.v33.33375>

Santos, J., & Sousa, L. M. (2020). Guardiões da memória: um estudo na Serra do Evaristo sobre os aspectos semelhantes entre cultura africana e brasileira. *Revista Brasileira de Meio Ambiente, 8*(4), 14-22.

<https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/492>

Schucman, L. V., & Gonçalves, M. M. (2020). Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 27*, 109-123.

<http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.109-123>

Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras.

Segato, R. (2021). *Crítica da colonialidade em oito ensaios – E uma antropologia por demanda*. Bazar do Tempo.

- Selister-Gomes, M., Quatrin-Casarin, E., & Duarte, G. (2019). O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um estudo bibliométrico. *CS*, 29, 47-72.  
<https://doi.org/10.18046/recs.i29.3186>
- Silva, C. L., & Pires, T. R. O. (2015, Junho 3-6). *Teoria Crítica da Raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil*. [Artigo Completo]. XXIV Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Aracaju, SE, Brasil.  
[https://www.academia.edu/25974679/TEORIA\\_CR%C3%8DTICA\\_DA\\_RA%C3%87A\\_COMO\\_REFERENCIAL\\_TE%C3%93RICO\\_NECESS%C3%8RIO\\_PARA\\_PENSAR\\_A\\_RELA%C3%87%C3%83O\\_ENTRE\\_DIREITO\\_E\\_RACISMO\\_NO\\_BRASIL](https://www.academia.edu/25974679/TEORIA_CR%C3%8DTICA_DA_RA%C3%87A_COMO_REFERENCIAL_TE%C3%93RICO_NECESS%C3%8RIO_PARA_PENSAR_A_RELA%C3%87%C3%83O_ENTRE_DIREITO_E_RACISMO_NO_BRASIL)
- Silva, G. M., & Souza, B. O. (2021). Quilombos e a luta contra o racismo no contexto da pandemia. *Boletim de Análise Político-Institucional*, 26, 85-91.  
<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10505>
- Soares, M. R. P. (2021). Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. *Katálysis*, 24(3), 522-531.  
<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79280>
- Sodré, M. (2023). *O fascismo da cor: Uma radiografia do racismo nacional*. Editora Vozes.
- Sousa, A. C., Lima, D. G., & Sousa, A. R. (2021). Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. In S. S. Dealdina (Org.), *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas* (pp. 87-96). Jandaíra.
- Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.

Streva, J. M. (2016). Colonialidade do Ser e Corporalidade: o Racismo brasileiro por uma lente descolonial. *Antropolítica*, 1(40).

<https://doi.org/10.22409/antropolitica2016.1i40.a41776>

Terra de Direitos, & Coordenação Nacional da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). (2018). Racismo e violência contra quilombos no Brasil. *Terra de Direitos*.

<https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/publicacao-racismo.pdf>

Terra de Direitos, & Coordenação Nacional da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). (2023). Racismo e violência contra quilombos no Brasil: 208-2022 (2a ed.). *Terra de Direitos*.

<https://terradedireitos.org.br/racismoevolencia/>

Theodoro, M. (2022). *Sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil*. Zahar.

Trinta líderes quilombolas foram assassinados em 10 anos, diz Conaq. (2023, 18 de agosto). *Agência Brasil*.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-08/trinta-lideres-quilombolas-foram-assassinados-em-10-anos-diz-conaq>

Urpia, A. M. O., Santos, K. B., & Carneiro, S. R. O. (2021). “O imperativo de contar”: uma pesquisa-ação com mulheres e crianças quilombolas. *Educar em Revista*, 37, 1-22.

<https://doi.org/10.1590/0104-4060.75599>

Van Dijk, T. A. (2008). *Discurso e poder*. Contexto.

Veiga, M. V. A., & Zanello, V. (2020). Escolher é ser escolhida: meninice, pobreza e casamento infantil no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(spe), 1-10.

<https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe18>

Velasco, C., Croquer, G., & Pinhoni, M. (2023, 27 de julho). Censo do IBGE: Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas: dados inéditos sobre população quilombola no país foram divulgados nesta quinta-feira (27) pelo IBGE. *G1*.

<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/07/27/censo-do-ibge-brasil-tem-13-milhao-de-quilombolas.ghtml>

Ventura, T. (2022). O significante racial: anistia, reparação e justiça. *Tempo e Argumento*, 14(36), 1-38.

<https://doi.org/10.5965/2175180314362022e0103>

Waiselfisz, J. J. (2015) *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. ONU Mulheres, SPM, Flacso.

[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)

Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. Flacso.

[https://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016\\_armas\\_web-1.pdf](https://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf)

Zanello, V. (2022) *A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações*. Appris Editora.

## Apêndices

### Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



**CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Convidamos você, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, a participar da pesquisa “Toda mulher negra é um quilombo: experiência de resistência a práticas racistas e sexistas”. Os dados obtidos nesta investigação servirão para construção da dissertação de mestrado da pesquisadora Juliana Murta de Lima, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação do professor Dr. James Ferreira Moura Júnior.

Esta pesquisa pretende investigar a presença de experiências de preconceito racial e de gênero na história de vida de mulheres negras quilombolas da Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo e como essas experiências incidem na saúde mental delas. Além disso, pretende identificar as estratégias de resistência criadas por essas mulheres diante dessas situações de opressão.

Caso decida participar, serão feitas algumas perguntas sobre sua vida. Essas conversas servirão para discutir os possíveis fatores que estão associados à existência desses problemas na comunidade, bem como pensar estratégias de intervenção. Nenhum resultado (diagnóstico) será apresentado individualmente e sua privacidade será preservada. Vamos procurar garantir um ambiente adequado e reservado para que essa atividade seja o mais confortável possível.

Em termos dos riscos, este estudo poderá, ocasionalmente, provocar algum mal-estar de ordem física e/ou psicológica aos participantes em decorrência de tratar de temas sensíveis relativos às experiências de racismo e/ou sexismo. Caso ocorram, a participação na pesquisa será interrompida imediatamente e será viabilizado o acompanhamento em saúde mental do participante, por meio dos dispositivos de saúde do município que forneçam acompanhamento profissional como Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Dessa forma, será fornecida assistência integral aos participantes.

Ademais, como medidas de precaução a fim de evitar qualquer dano ou para minimizar esses riscos, haverá disponibilização contínua de espaços para esclarecimentos e orientação pela equipe de pesquisadores por meio de tecnologias de informação e comunicação via WhatsApp, *Google Meet* e/ou Skype.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo. Não receberá nenhum pagamento por participar da pesquisa. Contudo, ela permitirá traçar um diagnóstico das necessidades e da qualidade da oferta em saúde mental de populações quilombolas e indígenas, auxiliando a tomada de decisão quanto às possíveis formas de enfrentamento e busca de tratamento adequado. Nesse sentido, considera-se que há benefícios indiretos. Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando ou enviando e-mail para Juliana Murta de Lima, [julianamurtadelima@gmail.com](mailto:julianamurtadelima@gmail.com) (85) 9.8563.8122.

Os dados que você irá nos fornecer são confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos. As gravações do áudio da entrevista seguirão os mesmos princípios de confidencialidade e serão guardadas no google drive da pesquisa. Está assegurado que a qualquer momento da pesquisa você poderá ter acesso às informações sobre os procedimentos e benefícios relacionados ao estudo.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ: Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 -Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira). O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. O número do Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa referente a este estudo é 4.606.943, ele foi submetido e aprovado por meio da Plataforma Brasil. Caso aceite participar, solicitamos que assine esse documento, que será expedido em duas vias, uma com a pesquisadora e outra com você. Como o termo ocupa mais de uma página é necessário que todas elas sejam rubricadas e a última assinada, caso você aceite participar.

---

(assinatura da Participante)

---

(assinatura da Pesquisadora)

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Detecção de agravos e fatores de proteção em saúde mental de populações indígenas e quilombolas do Ceará

**Pesquisador:** James Ferreira Moura Junior

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 41945220.8.0000.5576

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.606.943

**Apresentação do Projeto:**

O projeto de pesquisa apresentado tem como foco o estudo da sistematização de informações acerca da situação de saúde mental, bem como sobre a cobertura, fatores de risco e proteção em saúde mental para populações quilombolas e indígenas no Ceará. O pesquisador destaca ainda que a investigação contará com dados primários a serem extraídos de dessas comunidades. Trata-se de uma realizada em parceria com uma pesquisadora da Universidade Federal do Ceará, que será composta por três estudos integrados e complementares, com delineamento metodológico misto, abarcando estratégias de natureza quantitativa e qualitativa, na perspectiva de complementariedade e qualidade das conclusões do trabalho. Na apresentação do projeto, o autor menciona que se trata de uma pesquisa que está concorrendo ao financiamento para sua execução a partir da CHAMADA 02/2020 do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS) por intermédio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ceará-Funcap e da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará- SESA do Governo do Estado do Ceará, em parceria com o Ministério da Saúde-MS, por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde- Decit/SCTIE/MS e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq.

**Endereço:** Avenida da Abolição, 3 ,Sala 303, 3º Andar, Bloco D, Campus das Auroras ç Rua José Franco de Oliveira, s/n

**Bairro:** Centro Redenção

**CEP:** 62.790-970

**UF:** CE

**Município:** REDENCAO

**Telefone:** (85)3332-6190

**E-mail:** cep@unilab.edu.br

Continuação do Parecer: 4.606.943

### **Objetivo da Pesquisa:**

investigar as condições de vida e saúde mental, assim como a cobertura e qualidade da assistência ofertada na rede de atenção primária e psicossocial para populações quilombolas e indígenas. Ademais, delinear estratégias de intervenção e continuidade de cuidados no âmbito da reabilitação psicossocial que possam orientar a atuação das equipes de saúde.

**ESTUDO I: DESIGUALDADES SOCIAIS E SAÚDE MENTAL**1. Fazer a caracterização sociodemográfica dos municípios cearenses (por porte e região de saúde), comunidades e famílias quilombolas e indígenas.2. Conhecer o acesso dessas populações aos benefícios sociais e programas do governo federal em termos de saúde, assistência social e desenvolvimento agrário.3. Mapear a distribuição e oferta dos serviços de atenção psicossocial (RAPS), em particular, das comunidades terapêuticas nos municípios cearenses com presença de populações quilombolas e indígenas.4. Identificar o número e a distribuição espacial dos serviços e equipes da Atenção Primária em Saúde/APS (ACS/ESF/NASF) nos municípios cearenses e os com presença de populações quilombolas e indígenas. **ESTUDO II: COMPLEXIDADE DA OFERTA EM SAÚDE MENTAL E COMPETÊNCIA CULTURAL**1. Diagnosticar a situação de saúde mental nos municípios cearenses com presença de populações quilombolas e indígenas, considerando recortes de raça/cor, sexo e faixa etária, a partir dos seguintes indicadores2. Avaliar a atenção psicossocial a partir do desempenho das equipes da APS com base nos resultados dos três ciclos do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).3. Investigar a situação e a qualidade dos atenção psicossocial nos municípios cearenses que têm tanto comunidades quilombolas quanto comunidades indígenas, observando as desigualdades por região, sexo, raça/etnia, faixa etária. **ESTUDO III: SAÚDE MENTAL E INTERSECCIONALIDADES** Objetivos específicos:1. Investigar a incidência de transtornos mentais comuns (TMC) e os padrões de uso de álcool e outras drogas entre essa população.2. Analisar a incidência de TMC e padrões de uso de álcool e outras drogas, considerando recortes de raça/cor, sexo e faixa etária.3. Identificar os itinerários percorridos por essa população na APS e RAPS em busca de cuidados em saúde mental.4. Conhecer os impactos dos racismos e desigualdades de gênero na saúde mental de populações quilombolas e indígenas.5. Analisar as interseccionalidades entre saúde mental/gênero/raça-etnia/geração e as reverberações da pandemia do covid-19 na saúde mental na população quilombola e indígena.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Respondendo a pendência listada no último parecer, o pesquisador apresentou de forma mais detalhada os riscos envolvidos no estudo com as três categorias de informantes, indicou que como

**Endereço:** Avenida da Abolição, 3 ,Sala 303, 3º Andar, Bloco D, Campus das Auroras ç Rua José Franco de Oliveira, s/n  
**Bairro:** Centro Redenção **CEP:** 62.790-970  
**UF:** CE **Município:** REDENCAO  
**Telefone:** (85)3332-6190 **E-mail:** cep@unilab.edu.br

Continuação do Parecer: 4.606.943

forma de minimizá-los, que ele e sua equipe garantirão “suporte profissional, seja pelo encaminhamento aos serviços da rede de atenção psicossocial local, seja pela disponibilização contínua de espaços para esclarecimentos e conversas com a equipe de pesquisadores, em particular, com a coordenação da pesquisa, via WhatsApp, encontros virtuais (Google Meet) e/ou Skype). O pesquisador, na versão mais recente de seu projeto, considera os riscos provenientes do uso das plataformas digitais, assim como pesquisas presenciais se a situação de pandemia persistir. Ele considerou os protocolos de biosegurança e as recomendações do Ofício Circular Nº2/2021. Na versão mais recente ele detalhou os benefícios e indicou como minimizará os riscos associados a investigação.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa tridimensional com a proposta de sistematização de informações acerca da situação de saúde mental, bem como sobre a cobertura, fatores de risco e proteção em saúde mental para populações quilombolas e indígenas no estado do Ceará.

Na introdução, constam referências relevantes sobre o objeto, incluindo dados atualizados sobre questões territoriais e políticas de atendimento às populações quilombolas e indígenas no Ceará. No decorrer da discussão, o pesquisador aponta para a dificuldade de mapear essas comunidades, conhecer sobre suas demandas, problemas que essa investigação se propõe a discutir, deste modo, o trabalho apresenta uma justificativa plausível para a realização do estudo.

Os objetivos estão adequados à proposta e às etapas do cronograma, que prima pela preservação dos investigadores e participantes quando estipula alternativas remotas de coletas de dados e postergação da coleta de dados a ser feita presencialmente. A terceira versão do projeto traz clareza e detalhamento dos procedimentos e cuidados éticos que serão tomados pelos pesquisadores.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os documentos ausentes e/ou indadequados indicados no último parecer foram corrigidos e/ou incluídos.

#### **Recomendações:**

Sem recomendações

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências

**Endereço:** Avenida da Abolição, 3 ,Sala 303, 3º Andar, Bloco D, Campus das Auroras ç Rua José Franco de Oliveira, s/n  
**Bairro:** Centro Redenção **CEP:** 62.790-970  
**UF:** CE **Município:** REDENCAO  
**Telefone:** (85)3332-6190 **E-mail:** cep@unilab.edu.br

**UNIVERSIDADE DA  
INTEGRAÇÃO  
INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-**



Continuação do Parecer: 4.606.943

**Considerações Finais a critério do CEP:**

1- O CEP informa acerca da necessidade futura de postar na Plataforma Brasil, o relatório de pesquisa Parciais e final (Res. 466/12, conforme a qual II.19 - relatório final - é aquele apresentado após o encerramento da pesquisa, totalizando seus resultados; II.20 - relatório parcial - é aquele apresentado durante a pesquisa demonstrando fatos relevantes e resultados parciais de seu desenvolvimento;) ou apenas o relatório final (Resolução 510/2016, conforme a qual o pesquisador deve apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção).

2- Salieta-se que todas estas exigências estão respaldadas nas recomendações que a Comissão Nacional de ética em Pesquisa fornece aos CEPs locais.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1638865.pdf	08/03/2021 23:42:27		Aceito
Outros	Versao2Carta_Resposta_CEPUNILAB.docx	08/03/2021 23:41:59	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	Versao2CartaPDF_Resposta_CEPUNILAB.pdf	08/03/2021 23:41:14	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	Carta_Compromisso_FolhadeRosto.docx	08/03/2021 23:40:43	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	Carta_Compromisso_Coleta.docx	08/03/2021 23:40:22	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Versao3Projeto_Detec_de_agrivos_fatores_prote_saude_Mental.docx	08/03/2021 23:40:02	James Ferreira Moura Junior	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Versao3TCLEIndigenasQuilombolasMaidores_de_18_Anos.docx	08/03/2021 23:39:47	James Ferreira Moura Junior	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Versao3Profissionais.docx	08/03/2021 23:39:35	James Ferreira Moura Junior	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Versao3TCLEGestores.docx	08/03/2021 23:39:17	James Ferreira Moura Junior	Aceito

**Endereço:** Avenida da Abolição, 3, Sala 303, 3º Andar, Bloco D, Campus das Auroras e Rua José Franco de Oliveira, s/n  
**Bairro:** Centro Redenção **CEP:** 62.790-970  
**UF:** CE **Município:** REDENCAO  
**Telefone:** (85)3332-6190 **E-mail:** cep@unilab.edu.br

**UNIVERSIDADE DA  
INTEGRAÇÃO  
INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-**



Continuação do Parecer: 4.606.943

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	REVISADO_Projeto_Detec_de_agravos _fatores_prote_saude_Mental.pdf	19/02/2021 14:08:20	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_SRQ.pdf	19/02/2021 14:07:42	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_AUDIT.pdf	19/02/2021 14:07:22	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_ASSIST.pdf	19/02/2021 14:07:01	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	Roteiro_RodaDeConversa_IndigenasQui lombolas.pdf	19/02/2021 14:06:24	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	InstrumentoProfissionaisGestores.pdf	19/02/2021 14:06:02	James Ferreira Moura Junior	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEGestores.docx	19/02/2021 14:05:36	James Ferreira Moura Junior	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEIndigenasQuilombolasMajores_de _18_Anos.docx	19/02/2021 14:05:25	James Ferreira Moura Junior	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEProfissionais.docx	19/02/2021 14:05:14	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	Declaracao_Incorporacao_Autorizacoes FUNAI Liderancas Indgenas.pdf	19/02/2021 14:04:50	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	Declaracao_Incorporacao_Autorizacoes Profissionais Gestores.pdf	19/02/2021 14:04:17	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	Carta_Resposta_CEPUNILAB.docx	19/02/2021 14:00:57	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	Carta_Resposta_CEPUNILAB.pdf	19/02/2021 13:59:44	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	cvlara.pdf	10/01/2021 16:04:48	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	cv_Rhuan.pdf	10/01/2021 16:04:18	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	CurriculoMagdaDimenstein.pdf	10/01/2021 16:03:55	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	CurriculoLattesMarianaLiberato.pdf	10/01/2021 16:03:09	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	CurriculoLattesJamesMoura.pdf	10/01/2021 16:02:06	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	CurriculoCarolineLeal.pdf	10/01/2021 16:01:14	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	e_Final_Carta_Anuencia.pdf	10/01/2021 15:58:19	James Ferreira Moura Junior	Aceito

**Endereço:** Avenida da Abolição, 3 ,Sala 303, 3º Andar, Bloco D, Campus das Auroras ç Rua José Franco de Oliveira, s/n  
**Bairro:** Centro Redenção **CEP:** 62.790-970  
**UF:** CE **Município:** REDENCAO  
**Telefone:** (85)3332-6190 **E-mail:** cep@unilab.edu.br

UNIVERSIDADE DA  
INTEGRAÇÃO  
INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-



Continuação do Parecer: 4.606.943

Folha de Rosto	folhaDeRostoPlataformaProjetoSaUdeC earA_James.pdf	29/09/2020 18:50:10	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Saude_Mental_Povos_Tradicionais_.pdf	29/09/2020 00:04:48	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Declaração de concordância	d_Carta_deconcordancia.pdf	28/09/2020 23:41:15	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	c_Carta_de_Ausencia_onus.pdf	28/09/2020 23:33:50	James Ferreira Moura Junior	Aceito
Outros	bCarta_de_Encaminhamento_Pesquisa. pdf	28/09/2020 23:33:01	James Ferreira Moura Junior	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

REDENCAO, 23 de Março de 2021

---

**Assinado por:**  
**EMANUELLA SILVA JOVENTINO MELO**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida da Abolição, 3 ,Sala 303, 3º Andar, Bloco D, Campus das Auroras ç Rua José Franco de Oliveira, s/n  
**Bairro:** Centro Redenção **CEP:** 62.790-970  
**UF:** CE **Município:** REDENCAO  
**Telefone:** (85)3332-6190 **E-mail:** cep@unilab.edu.br